



Sector Empresarial do Estado

Relatório de
2009



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



Ministério das Finanças e da Administração Pública

“Sector Empresarial do Estado – Relatório de 2009”

é uma publicação da

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º – 1149-008 Lisboa
Telefone: 21 884 60 00 Fax: 21 884 61 19
Presença na Internet: www.dgtf.pt
E-mail: tesouro@dgtf.pt



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O ano de 2008 fica marcado pela maior crise económica e financeira desde a Segunda Guerra Mundial, com importantes consequências adversas não só nos mercados financeiros, como na economia real mundial, o que, naturalmente afectou também Portugal, e o Sector Empresarial do Estado (SEE).

No entanto, mesmo numa conjuntura negativa, **as empresas públicas não financeiras** (excluindo a Parpública e o sector da Saúde, atentas as suas especificidades em 2008) foram capazes de ter uma **gestão anti-cíclica**, ao mesmo tempo que **melhoraram o desempenho operacional**.

De facto, as empresas não financeiras do SEE, **aumentaram o emprego** (+1% face a um aumento do conjunto da economia de 0,5%), e **reduziram o prazo médio de pagamento** a fornecedores (-21 dias face a um aumento de 7 dias das empresas privadas), em contraste com o andamento da média da economia.

Por outro lado, as mesmas empresas, alcançaram importantes melhorias dos seus resultados, com o **Resultado Operacional agregado a aumentar 38,6%** e o EBITDA, positivo, a duplicar face a 2007 (o Resultado Líquido permaneceu relativamente constante: -0,6% face a 2007, em virtude do agravamento dos Resultados Financeiros).

Também ao nível da **produtividade**, as empresas públicas registaram em 2008, um **importante aumento**, com o VAB por trabalhador, em volume, a crescer 11,8% face a um crescimento da média da economia de 2,2%.

Estes resultados derivam de um **esforço consistente de reforma** das empresas públicas, tendo algumas registado em 2008 resultados históricos: a CARRIS alcançou um Resultado Operacional positivo pela primeira vez, e também pela primeira vez 4 das 5 Administrações Portuárias distribuíram dividendos (tendo a quinta registado Resultados Positivos, mas que se destinaram a cobrir défices passados).

A Parpública, registou um **agravamento dos seus Resultados Líquidos** (de +375 milhões de euros em 2007, para -133 milhões de euros em 2008), fortemente influenciado pela **desvalorização de participações em empresas cotadas** (-151 milhões de euros, essencialmente associados a participações na EDP, GALP e INAPA), pelas **contas da TAP** (-329 milhões de euros), pelo agravamento de encargos com juros e similares (-123 milhões de euros), que, no seu conjunto, mais do que compensaram a evolução positiva dos restantes segmentos (+105 milhões de euros). No que respeita à TAP, a quebra dos resultados prendeu-se com três factores fundamentais: o aumento do preço dos combustíveis; a alteração das condições da procura em face da crise internacional; e perdas nas participadas. Tendo sido constituída, no seio da empresa, uma **Comissão para a Reestruturação Económica e Financeira**, está em curso a preparação de um plano de reestruturação, que deverá servir de apoio à decisão política a tomar nesta matéria pelo próximo Governo.

No caso da **Saúde**, o SEE passou a integrar mais 9 unidades ao longo de 2007 e mais 8 unidades ao longo de 2008, tendo por isso, o **perímetro dos hospitais empresa sido**



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

alargado entre 2007 e 2008. Em universo comparável, os hospitais empresa verificaram um **aumento da produção** (+6,4% consultas externas, + 9,9% intervenções cirúrgicas) em **condições de eficiência** (com os custos com pessoal a crescerem 2,8%).

No que respeita às empresas financeiras, importa sublinhar o **excelente desempenho do Grupo Caixa Geral de Depósitos ao nível da remuneração accionista**, tendo, no período 2005-2008 distribuído o dobro do valor em dividendos, face ao valor dos aumentos de capital. Em tempos de instabilidade dos mercados financeiro e bancário, a CGD tem vindo a consolidar a sua posição de pilar de solidez no sistema financeiro, não só em Portugal, mas internacionalmente, sendo de destacar, entre outros, a sua classificação no relatório “Global Finance” sobre os **50 bancos mais seguros**, no 36º lugar, sendo o **único banco nacional que figura nesta lista**.

Em 2008, o **BPN** passou também a integrar a carteira de participações do Estado, sendo no entanto uma participação de natureza particular: tendo sido nacionalizado para **evitar contaminações sistémicas** no período mais sensível a eventuais quebras de confiança de depositantes, na sequência da falência da Lehman Brothers, está **em curso a preparação da sua privatização**. Importa, no entanto, observar que, **desde a sua nacionalização**, o BPN tem vindo a registar **melhorias de desempenho**, tendo, por exemplo, o número de clientes aumentado 10,7% no primeiro semestre de 2009.

Desde 2007, e na sequência da reforma legislativa do modelo de governo das empresas públicas, a Direcção Geral do Tesouro e Finanças passou também a analisar e divulgar o desempenho do SEE nesta matéria, verificando-se que, em 2008, **90% das empresas públicas cumpriram os Princípios de Bom Governo**. Tendo já decorrido um período de adaptação do SEE a estes novos preceitos em matéria de Governança, estão criadas as condições para que seja tornado obrigatório o cumprimento destas recomendações.

No seu conjunto, estes resultados do SEE, foram possíveis graças a uma mudança, nos últimos quatro anos, quer da actuação dos gestores públicos, quer do accionista Estado.

Desde logo importa realçar o **trabalho consistente de melhoria da performance operacional que as principais empresas públicas** têm vindo a desenvolver: empresas como as Águas de Portugal, as Estradas de Portugal, a RTP, os CTT, a CARRIS, a ANA, as Administrações Portuárias, a CP e a REFER, todas elas, aumentaram o Resultado Operacional entre 2005 e 2008 em mais de 10%, tendo 8 destas empresas verificado um aumento de mais de 25%.

Por outro lado, o Estado, tem vindo a **exercer a sua função accionista de forma mais próxima e transparente**: em 2005 não havia qualquer divulgação de informação sobre o SEE, tendo em 2006 sido iniciada a divulgação anual de dados agregados, e lançando-se em 2009 a divulgação trimestral dos mesmos. Também se alargou o âmbito da análise e divulgação de informação de gestão do SEE, tendo em 2008 passado a incluir matérias de Bom Governo, e das Concessões e Parcerias Público-Privadas. À medida que se passou a recolher e analisar mais informação de forma mais frequente foi necessário também agilizar e automatizar os fluxos de informação com as empresas, tendo-se migrado para uma plataforma informática de interface com as mesmas (SIRIEF- Sistema de Recolha de Informação



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Económica e Financeira). Esta plataforma permite que as empresas introduzam em ambiente web e de forma centralizada, toda a informação que antes tinham de facultar separada e diferentemente à Direcção Geral do Tesouro e Finanças, à Inspecção Geral das Finanças e à Parpública.

O Estado tem também vindo a estabelecer **práticas rigorosas de gestão quantificadas associadas ao cumprimento de objectivos e critérios de desempenho**. Ao longo dos últimos 4 anos, generalizou-se a fixação de objectivos quantificados, tendo-se passado de zero empresas com objectivos quantificados em 2005 para 79% em 2009. Adicionalmente, as subvenções por serviço público do SEE têm vindo a ser contratualizadas (associando, por isso, o seu pagamento a critérios de desempenho), havendo hoje 78% de empresas com contratos, que representam 50% do valor total das subvenções atribuídas às empresas públicas.

Ao mesmo tempo, o Estado tem vindo a **aprofundar o seu apoio ao serviço público prestado pelo SEE**: entre 2005 e 2008 o valor das subvenções às empresas públicas aumentou 14%, enquanto que às empresas privadas se reduziu em 27%; o peso das subvenções ao sector da Comunicação Social reduziu-se 5 pontos percentuais, tendo-se reforçado o do sector dos Transportes em 5 pontos percentuais.

Apesar dos importantes resultados alcançados em matéria de desempenho operacional, de práticas de governação e rigor na relação entre o accionista e a gestão, **permanecem importantes desafios no SEE, sendo essencial dar continuidade às reformas já lançadas**.

Em primeiro lugar, é crítico dar **seguimento às iniciativas de reestruturação já lançadas em sectores chave**: no sector de transporte aéreo, importa concluir e **implementar o plano de reestruturação económica e financeira da TAP**, actualmente em preparação; no sector aeroportuário, tendo já sido fixado o enquadramento regulatório respectivo, é necessário **prosseguir com a privatização da ANA e a construção do Novo Aeroporto de Lisboa**; no sector ferroviário, em face do diagnóstico realizado (incidindo sobre a CP e a REFER), e tendo já sido estabelecidos planos concretos de melhoria operacional, é agora necessário **abordar os passivos destas empresas, apoiando a sua resolução**.

Em segundo lugar, em face do diagnóstico já realizado, importa **uniformizar e otimizar Planos de Pensões e de Saúde Pós-reforma** de acordo com os seguintes princípios: preservação de direitos adquiridos; constituição de Fundo de Pensões para financiamento de Planos de Pensões, em substituição dos actuais planos financiados “internamente”, mediante reservas contabilísticas, e uniformização do respectivo tratamento contabilístico; independência das decisões de investimento ao nível da entidade gestora do Fundo de Pensões; e sujeição dos Fundos de Pensões à supervisão e regulação do ISP.

Em terceiro lugar, o esforço de melhoria operacional já disseminado no SEE, deve ser mantido, nomeadamente através de **iniciativas transversais como a criação de centrais de compras**, tendentes a uma maior eficiência no aprovisionamento e respectiva redução de custos.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Em conclusão, com a publicação dos Relatórios do SEE, dos Princípios de Bom Governo e das Parcerias Público-Privadas e Concessões de 2009, evidencia-se um ciclo de importantes reformas no universo das empresas públicas, cujos resultados estão bem patentes no desempenho operacional e de governação destas empresas, importando agora não só consolidar os resultados alcançados, como dar seguimento a um conjunto de novas reformas já lançadas.

Lisboa, 31 de Julho de 2008

O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças



(Carlos Costa Pina)

As opiniões e análises constantes da presente publicação são da inteira responsabilidade da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Esta publicação possui um carácter meramente informativo e de divulgação pública da actividade do Sector Empresarial do Estado, não pretendendo constituir uma base para a tomada de decisões de investimento relativamente a empresas ou sectores nela referidas.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO	5
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF	7
3.1. Apreciação Global	7
3.2. Análise por sectores de Actividade	11
3.2.1. Comunicação Social	11
3.2.2. Cultura	13
3.2.3. Gestão de Infra-estruturas	15
3.2.4. Requalificação Urbana e Ambiental	18
3.2.5. Serviços de Saúde	20
3.2.6. Serviços de Utilidade Pública	25
3.2.7. Transportes	27
3.2.8. PARPÚBLICA	30
4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS	33
4.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos	34
5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE	39
5.1. Investimento directo do SEE	39
5.2. Financiamento Global das EPNF	42
6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO	48
6.1. Indemnizações Compensatórias / Subsídios	49
6.2. Dotações de Capital	51
6.3. Empréstimos	52
6.4. Assunção de Passivos e de Responsabilidades	53
6.5. Garantias Prestadas	53
6.6. Transmissão de Património de Sociedades Extintas	56
6.7. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário	57
6.8. Receitas geradas por privatizações	58
7. PESO DO SEE NA ECONOMIA	59
7.1. Peso no Produto Interno Bruto	60
7.2. Emprego	60

8. ANEXOS	62
8.1. Empresas Públicas em 2007 e 2008	62
8.2. Outras Participações (carteira acessória)	65
8.3. Empresas em liquidação	66
8.4. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2008	67
8.5. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2007	68
8.6. Balanço das EPNF por sectores – 2008	69
8.7. Balanço das EPNF por sectores – 2007	70
8.8. Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2007-2008	71
8.9. Balanço das EPF – Grupo CGD - 2007-2008	72
8.10. Conclusões do Relatório de Avaliação Global do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Estado	73

Abreviaturas e Conceitos Utilizados

Abreviatura e Conceitos	Significado
CGD	Caixa Geral de Depósitos
DGTF	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
EPE	Entidade Pública Empresarial
EPF	Empresas Públicas Financeiras
EPNF	Empresas Públicas Não Financeiras
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> = Resultado Operacional + Amortizações e Ajustamentos + Provisões – Reversões de Amortizações e Ajustamentos
Estrutura Patrimonial	Capitais Permanentes/(Imobilizações Corpóreas+ Investimentos Financeiros+ Imobilizações Incorpóreas)
m€	Milhares de euros
M€	Milhões de euros
Margem do EBITDA	EBITDA/ Vendas e Prestações de Serviços
PIB _{pm}	Produto Interno Bruto valorizado a preços de mercado
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POC	Plano Oficial de Contabilidade
Produtividade	VAB _{cf} / N.º Médio de Trabalhadores
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
SA	Sociedade Anónima
SEE	Sector Empresarial do Estado
SGPS	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SIRIEF	Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira
SPA	Sector Público Administrativo
VAB _{cf}	Valor Acrescentado Bruto valorizado a custo dos factores = Vendas + Prestações de Serviços + Variação da Produção + Trabalhos para a própria empresa + Subsídios à exploração - Custos das Mercadorias Vendidas e Mercadorias Consumidas - Fornecimentos e Serviços Externos
VAB _{pm}	Valor Acrescentado Bruto valorizado a preços de mercado = VAB _{cf} - Subsídios à Exploração
Volume de Negócios	Vendas e Prestações de Serviços

1. INTRODUÇÃO

O Relatório do SEE – 2009 contempla uma apreciação sobre a situação económica e financeira das empresas públicas com participação directa do Estado, reportada a 31 de Dezembro de 2008, e sobre os aspectos mais relevantes da actividade do Estado enquanto accionista, designadamente as alterações observadas no universo das suas participações, a actividade de investimento desenvolvida, o peso do sector na economia e o esforço financeiro realizado através de diversos instrumentos, como dotações de capital, empréstimos, prestação de garantias e atribuição de indemnizações compensatórias pagas.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2005, de 6 de Outubro, que instituiu um conjunto de orientações no sentido de tornar mais justos e equilibrados os sistemas de remunerações e pensões nas empresas e institutos públicos, marcou o início de um conjunto de iniciativas legais que estabeleceu o quadro legal actualmente aplicável às empresas públicas, do qual resultaram alterações relevantes no relacionamento entre o Estado, como accionista, e as empresas públicas.

Com efeito, se por um lado, a revisão do estatuto do gestor público e do regime do sector empresarial do Estado, através do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março e do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, respectivamente, mais tarde complementados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril, que aprovou as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado, permitiram aprofundar os mecanismos de acompanhamento e avaliação da actividade das empresas e do desempenho dos gestores, por outro, os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, vieram trazer novas exigências em matéria de transparência e divulgação pública de informações sobre a actividade das empresas e sobre o regime remuneratório dos gestores públicos, designadamente através do sítio na internet da DGTF.

As condições adversas da conjuntura económico-financeira que se fizeram sentir de forma crescente em 2008, inicialmente no sector bancário, estendendo-se depois aos restantes sectores, colocaram novos desafios à gestão das empresas públicas, quer na busca de soluções de financiamento que lhes permitisse prosseguirem as suas actividades sempre que o interesse público estivesse em causa, quer contribuindo para uma melhoria do ambiente de negócios na economia portuguesa, nomeadamente através da redução dos prazos médios de pagamento a fornecedores, no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de Fevereiro), num contexto de restrições de acesso

ao financiamento bancário, aumento de preço do mesmo e abrandamento da procura em vários sectores de actividade.

A preparação deste relatório anual beneficiou, pela primeira vez, dos dados disponibilizados pelo SIRIEF, Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira administrado pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, que permitiu facilitar o processo de recolha e agregação dos elementos de informação mais relevantes para efeitos de análise do desempenho e da situação económico-financeira das empresas públicas, devendo assinalar-se a pronta colaboração da maior parte das empresas no preenchimento dos respectivos dados.

Anexo ao presente relatório inclui-se um documento com as conclusões do Relatório de Avaliação Global do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Estado.

2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO

Em 31 de Dezembro de 2008, o Estado detinha directamente, através da DGTF, um universo de 89 empresas públicas ([Anexo 8.1.](#)), incluindo-se nestas as entidades públicas empresariais, cujo valor nominal ascende a 12 593 M€.

O ponto 3 do presente relatório aborda a situação económica e financeira destas empresas, por sectores de actividade.

Para além das empresas públicas que serão objecto de análise no presente relatório, o Estado detém também participações minoritárias num vasto conjunto de sociedades classificadas, de acordo com regime jurídico do SEE, como empresas participadas, bem como algumas empresas que, embora com participação pública relevante, a sua manutenção na posse do Estado reveste-se de carácter excepcional ou transitório. Umas e outras encontram-se agrupadas na chamada “carteira acessória” constante do quadro [Anexo 8.2.](#) (Outras participações).

Finalmente, há ainda as empresas do SEE em processo de liquidação, mencionadas no quadro [Anexo 8.3.](#), cujas responsabilidades emergentes para o Estado são abordadas no ponto 6 do presente relatório.

O **Quadro 2.1.1** apresenta as principais alterações na carteira de participações do Estado ocorridas em 2008.

Quadro 2.1.1
Alterações na carteira de participações
Participações do Estado - síntese evolutiva

Sector		Ano		Entradas	Saídas	Var.
		2007	2008			
Participações Relevantes	Saúde	34	38	Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E. Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E. Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E. Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E. Hospitais da Universidade de Coimbra, E.P.E. Hospital Faro E.P.E. Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca, E.P.E. Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	Centro Hospitalar Alto Minho, E.P.E. Centro Hospitalar Baixo Alentejo, E.P.E. Hospital Pulido Valente, E.P.E. Hospital Santa Maria, E.P.E.	+4
	Requalificação Urbana e Ambiental	4	6	Frente Tejo, S.A. Polis Litoral Ria Formosa, S.A. Polis Litoral Norte, S.A.	Setúbal Polis, S.A.	+2
	<i>subtotal (1)</i>	83	89			
Outras participações	Carteira Acessória	41	45	Comp. Cervejas Estrela, S.A. * ENI - Gestão de Planos Sociais, S.A. Soc. Imagem Real, Lda. * Zon Multimédia, SGPS, S.A. * Banco Português de Negócios, S.A. Portugal Venture Capital Initiative, S.A.	Ambelis, S.A. Mantero, S.A.	+4
TOTAL		124	134			

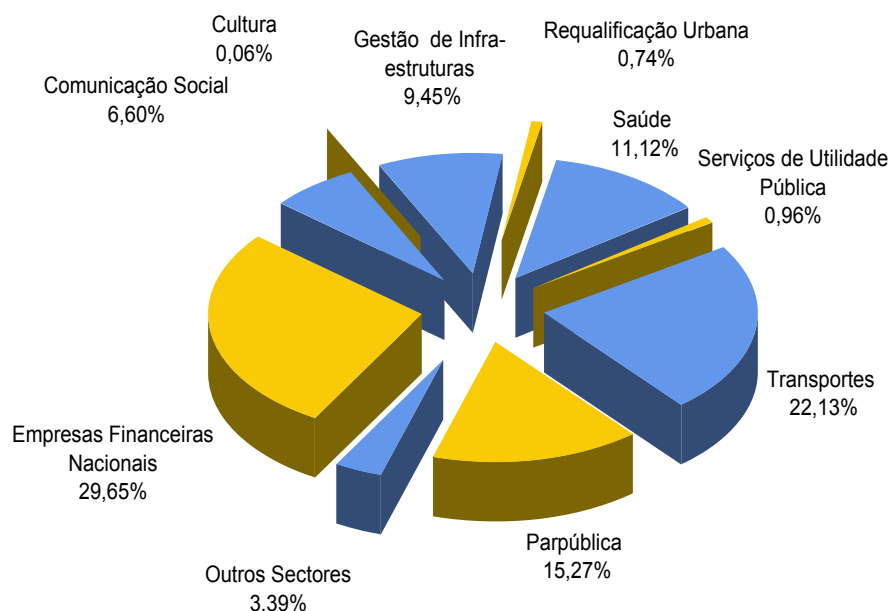
No final de 2008 passou a integrar a carteira de participações do Estado no sector financeiro o BPN – Banco Português de Negócios, SA, cujas acções representativas do capital social foram nacionalizadas pela Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro. Contudo, quer pelas circunstâncias peculiares que determinaram a sua inclusão no SEE, quer pelo carácter transitório dessa inclusão, estando prevista a sua alienação, levou a que a empresa fosse incluída na “Carteira Acessória” do Estado, não cabendo por isso, na análise constante do presente relatório.

Tendo em conta o valor nominal das participações do Estado em empresas públicas a estrutura do SEE por sectores de actividade é a representada no **Gráfico 2.1.1**, observando-se que os sectores “Financeiro”, representado pela CGD, e o de “Transportes”, correspondem, no conjunto, a cerca de metade do montante global das participações sociais do Estado.

Gráfico 2.1.1

Empresas Públicas - Participações Directas do Estado/DGTF (31.12.2008)

Estrutura de participações por Sectores de Actividade



Merece também uma referência o peso significativo da PARPÚBLICA, *holding* do Estado com um papel instrumental relevante na gestão de participações sociais e do património imobiliário público, cuja carteira de participações em 31 de Dezembro de 2008 era superior a 3 600 M€.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF

3.1. Apreciação Global

O perímetro de agregação das contas das EPNF¹ confina-se ao universo de empresas públicas, tendo por base as contas individuais ou consolidadas quando existam, indicando-se, em paralelo com os indicadores globais, os valores ponderados pelas respectivas percentagens da participação do Estado.

¹ As empresas públicas financeiras (EPF) são objecto de apreciação no [ponto 4](#) deste relatório.

No **Quadro 3.1.1**, observamos que o conjunto do SEE obteve um resultado líquido agregado, em 2008, de -1 031 M€, reduzindo-se para -972 M€ quando ponderado pela participação directa do Estado em cada uma das empresas, mantendo, contudo, uma assinalável capacidade de libertação de meios, consubstanciado num EBITDA agregado ponderado de 859 M€, próximo do valor registado no exercício anterior.

Quadro 3.1.1
Empresas Públicas Não Financeiras
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	Globais				Ponderados pela Participação do Estado ⁽¹⁾			
	2008	2007	Variação		2008	2007	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Resultado Operacional antes de subsídios	(792.007)	(339.504)	(452.503)	-133,3%	(818.351)	(305.980)	(512.371)	-167,5%
Resultado Operacional após subsídios	(403.895)	169.387	(573.283)	-338,4%	(440.806)	184.834	(625.640)	-338,5%
Resultado financeiro	(694.745)	(635.184)	(59.562)	-9,4%	(526.334)	(499.617)	(26.717)	-5,3%
Resultado líquido	(1.031.128)	(388.531)	(642.596)	-165,4%	(971.784)	(275.112)	(696.672)	-253,2%
EBITDA	1.203.604	1.204.254	(649)	-0,1%	859.077	886.963	(27.886)	-3,1%
Margem EBITDA	11,5%	13,8%			8,9%	11,9%		

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas de capital detidas pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGTF e as suas participadas. Nos casos em que foram apresentadas contas consolidadas de acordo com o referencial IFRS / IAS, consideram-se estas.

Não obstante as condições adversas da conjuntura económica vivida em 2008, a maior parte dos sectores de actividade registou variações positivas de resultado operacional, superadas, contudo, pelas variações negativas registadas pela PARPÚBLICA e pelas empresas do sector Saúde (**Quadro 3.1.2**). Por seu lado, o sector de requalificação urbana e ambiental também registou uma variação de resultado operacional negativa assinalável, explicada quase totalmente pelas imparidades e perda de receitas registadas pela Parque Expo.

Quadro 3.1.2
Empresas Públicas Não Financeiras
Variações de Resultados de 2008 / 2007 - Por sectores

Milhares de euros

Sectores	Variações de R. Operacionais	Variações de R. Financeiros	Variações de R. Líquidos
Comunicação Social	1.610	(11.083)	(10.705)
Infra-estruturas	69.192	(37.790)	40.185
Req. Urbana e Ambiental	(38.847)	(7.991)	(43.250)
Serviços de Utilidade Pública	35.446	(13.793)	40.496
Transportes	6.007	(24.147)	(24.508)
Cultura	8.975	(15)	9.303
Outros	(4.877)	(3.527)	(15.521)
Variação sem Sector Saúde e Parpública	77.507	(98.346)	(4.000)
Saúde	(132.978)	5.821	(129.661)
Parpública	(517.811)	32.964	(508.935)
Variação Total das EPNF	(573.282)	(59.561)	(642.596)

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Com efeito, excluindo os resultados do grupo PARPÚBLICA, cuja variação dos resultados tem a ver sobretudo com a expressão contabilística dos seus activos financeiros e com os resultados do grupo TAP, e o sector Saúde, cuja variação de resultados foi influenciada pelas alterações ocorridas no universo de entidades em comparação², os resultados operacionais saldaram-se por uma variação positiva de 77,5 M€. Contudo, os resultados financeiros registaram uma variação negativa de 98,3 M€, determinada em grande parte pelo aumento de endividamento das empresas públicas³, explicado em perto de 70% pelas empresas de apenas dois sectores, as infra-estruturas e os transportes, com destaque para a REFER no primeiro caso e para a CP e Metropolitano de Lisboa no segundo.

A pequena diminuição da margem do EBITDA ficou a dever-se ao facto do crescimento do volume de negócios agregado (19,9%), como se observa no **Quadro 3.1.3**, influenciado sobretudo pelo grupo TAP (PARPÚBLICA) e pelos hospitais empresa, ter superado largamente a variação observada no EBITDA.

² Os resultados do sector da saúde com base em universos comparáveis encontram-se no quadro 3.2.5.4.

Quadro 3.1.3 Empresas Públicas Não Financeiras Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

	Globais				Ponderados pela Participação do Estado ⁽¹⁾			
	2008	2007	Variação		2008	2007	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Volume de negócios	10.493.154	8.750.880	1.742.274	19,9%	9.637.007	7.473.005	2.164.002	29,0%
Custos com Pessoal	4.541.096	4.026.221	514.876	12,8%	4.329.207	3.519.299	809.908	23,0%
VABcf	5.474.480	4.699.625	774.855	16,5%	4.909.011	3.922.410	986.601	25,2%
N.º médio de trabalhadores	142.166	129.207	12.959	10,0%	-	-	-	-
VABcf <i>per capita</i>	39	36	2	5,9%	-	-	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas de capital detidas pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGTF e as suas participadas. Nos casos em que foram apresentadas contas consolidadas de acordo com o referencial IFRS / IAS, consideram-se estas.

A produtividade medida em função do VABcf *per capita* registou uma melhoria de 5,9%, em termos nominais⁴, graças ao impacto positivo do crescimento do volume de negócios das EPNF que superou o aumento do número médio de trabalhadores.

Os custos com o pessoal sofreram, em 2008, um agravamento relativamente ao exercício anterior, próximo do aumento percentual do número médio de trabalhadores, sendo de assinalar porém, que a parcela de variação mais significativa se deveu ao processo de empresarialização dos hospitais, que passou a integrar mais algumas unidades hospitalares antes pertencentes ao SPA.

Quadro 3.1.4 Empresas Públicas Não Financeiras Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	Globais				Ponderados pela Participação do Estado ⁽¹⁾			
	2008	2007	Variação		2008	2007	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Activo Líquido	61.570.236	53.878.185	7.692.051	14,3%	53.343.641	46.160.937	7.182.704	15,6%
Capital Próprio	5.792.772	17.017.575	(11.224.803)	-66,0%	5.078.161	16.234.155	(11.155.994)	-68,7%
Interesses Minoritários	482.799	297.831	184.967	62,1%	287.848	119.304	168.544	141,3%
Passivo	55.294.665	36.562.779	18.731.886	51,2%	47.977.632	29.807.478	18.170.154	61,0%
Autonomia Financeira (%)	9,4%	31,6%	-	-	9,5%	35,2%	-	-
Solvabilidade (%)	10,5%	46,5%	-	-	10,6%	54,5%	-	-
Estrutura Patrimonial (%)	56,9%	85,2%	-	-	55,2%	89,3%	-	-

Fonte: SIRIEF e Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas de capital detidas pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGTF e as suas participadas. Nos casos em que foram apresentadas contas consolidadas de acordo com o referencial IFRS / IAS, consideram-se estas.

³ A taxa média de financiamento líquida de proveitos financeiros manteve-se em níveis inferiores a 3%, ligeiramente superior à verificada no ano passado, não obstante as taxas de juro de referência terem subido, sobretudo durante a primeira metade do ano de 2008.

⁴ 2,1% em termos reais, tendo em conta a taxa de inflação média em 2008 de 2,6% (Fonte INE).

As EPNF mantiveram em 2008, não obstante as condições desfavoráveis do mercado de capitais, níveis de investimento próximos dos de 2007 (ver ponto 5.1 deste relatório), contribuindo para uma valorização global dos activos líquidos em 14%, ao mesmo tempo que, dando seguimento ao Programa Pagar a Tempo e Horas aprovado pela RCM nº 34/2008, de 14 de Fevereiro, as empresas públicas, globalmente consideradas, reduziram de 117 para 96 dias, o prazo de pagamento a fornecedores⁵.

As variações observadas nos rácios de estrutura patrimonial foram significativamente afectadas pela descontinuidade nos critérios contabilísticos utilizados pela empresa Estradas de Portugal. Esta clarificação, essencial para a correcta especialização dos custos e proveitos, decorre da aplicação das normas contabilísticas nacionais à nova realidade da empresa como concessionária geral do Estado para as concessões rodoviárias, e implicou a reclassificação de 12 654 M€ de subsídios estatais à construção de estradas de uma conta de Reservas (Capitais próprios) para uma conta do Passivo (Acréscimos de proveitos), a incorporar anualmente nos resultados até ao final da concessão. Sem esta alteração, a variação de capitais próprios teria sido positiva em 1 249 M€ e a variação do passivo situar-se-ia próximo dos 6 mil M€.

3.2. Análise por sectores de Actividade⁶

3.2.1. Comunicação Social

Este sector integra a RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A. e a LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A., sendo a sua evolução determinada quase exclusivamente pela primeira, dada a sua dimensão.

Assistiu-se em 2008 a um agravamento do Resultado líquido de 10,7 M€, o qual é explicado essencialmente pela deterioração do Resultado financeiro da RTP, decorrente do aumento das taxas de juro com incidência no custo do passivo remunerado.

⁵ Para mais informações sobre prazos médios de pagamento, consultar o sítio www.dgtf.pt.

⁶ Não se efectua neste capítulo a análise do sector “Outros Sectores” por este ser um sector heterogéneo e disperso

Quadro 3.2.1.1 Sector da Comunicação Social Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(107.785)	(117.847)	10.061	8,5%
Resultado operacional após subsídios	10.334	8.723	1.610	18,5%
Resultado financeiro	(61.104)	(50.021)	(11.083)	-22,2%
Resultado líquido	(46.065)	(35.360)	(10.705)	-30,3%
EBITDA	28.837	25.741	3.097	12,0%
Margem EBITDA	14,6%	12,6%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Apesar do decréscimo ocorrido no volume de negócios, este sector melhorou o Resultado operacional e o EBITDA, tendo esta melhoria sido reflectida na margem do EBITDA, a qual cresceu cerca de 2 pontos percentuais.

A quebra do volume de negócios implicou uma redução da mesma dimensão do VABcf em termos absolutos e *per capita*.

Quadro 3.2.1.2 Sector da Comunicação Social Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	198.180	204.981	(6.801)	-3,3%
Custos com pessoal	123.369	120.679	2.690	2,2%
VABcf	156.666	163.540	(6.873)	-4,2%
Nº médio de trabalhadores	2.704	2.663	41	1,5%
VABcf per capita	58	61	(3)	-5,7%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Quanto à evolução da situação patrimonial do sector assinala-se o acréscimo do activo líquido, traduzido no significativo crescimento das existências e no aumento do saldo das dívidas de terceiros de curto prazo.

Do lado das fontes de financiamento regista-se a evolução positiva no capital próprio das duas empresas. No caso da RTP, a empresa beneficiou de um reforço do capital social de 88,5 M€,

realizado pelo Estado ao abrigo do Acordo de Reestruturação Financeira.

Quadro 3.2.1.3 Sector da Comunicação Social Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	443.555	396.836	46.719	11,8%
Capital próprio	(688.408)	(715.317)	26.909	3,8%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	1.131.963	1.112.153	19.810	1,8%
Autonomia financeira (%)	-155,2%	-180,3%		
Solvabilidade (%)	-60,8%	-64,3%		
Estrutura patrimonial (%)	35,3%	41,4%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A variação do passivo explica-se pelo aumento das dívidas a fornecedores e empréstimos de curto prazo e pelo agravamento da rubrica “acréscimos de custos” (incremento de compromissos relativos a aquisição de programas com facturação a emitir em 2009) decorrente da aquisição de programas no último trimestre do ano.

3.2.2. Cultura

O sector da “Cultura” integra 3 entidades públicas empresariais OPART Organismo de Produção Artística, E.P.E, Teatro Nacional de São João, E.P.E. e Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E.

Quadro 3.2.2.1 Sector da Cultura Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(27.916)	(12.576)	(15.339)	-122,0%
Resultado operacional após subsídios	(2.635)	(11.610)	8.975	77,3%
Resultado financeiro	7	23	(15)	-67,4%
Resultado líquido	(2.096)	(11.399)	9.303	81,6%
EBITDA	(1.406)	(10.974)	9.568	87,2%
Margem EBITDA	-17,0%	-159,2%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No âmbito das obrigações de serviço público associadas às actividades de produção artísticas e culturais, o Estado concedeu apoios financeiros às três entidades em apreço, quer a título de indemnizações compensatórias (8,17 M€) quer através de subsídios concedidos pelo Ministério da Cultura (15,4 M€), cujos montantes permitiram superar o agravamento observado no resultado operacional agregado, em consequência do aumento dos custos com o pessoal.

O resultado líquido registou uma melhoria superior a 9,3 M€, tendo beneficiado dos subsídios concedidos e também do maior volume de produção artística e cultural.

Quadro 3.2.2.2 Sector da Cultura Indicadores de Gestão Operacional

	Milhares de euros, excepto percentagens			
	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	8.279	6.895	1.384	20,1%
Custos com pessoal	19.727	10.383	10.434	112,3%
VABcf	18.946	(444)	19.390	4367,1%
Nº médio de trabalhadores	582	534	48	9,0%
VABcf per capita	32,6	(0,8)	33	4015,3%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O aumento do volume de negócios reflecte o incremento do número de espectáculos em digressão, a rentabilização de espaços para aluguer a terceiros, a aposta no desenvolvimento de espectáculos “por encomenda” e uma maior divulgação e venda de assinaturas combinadas.

Porém, o aumento de proveitos foi largamente ultrapassado pelo agravamento dos custos com pessoal, os quais reflectiram o aumento do número de trabalhadores no âmbito da regularização de situações profissionais, o que determinou um resultado líquido de – 2,1 M€, ainda assim, traduzindo-se numa melhoria significativa face ao exercício anterior, atrás mencionada.

Quadro 3.2.2.3 Sector da Cultura Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	10.881	9.475	1.406	14,8%
Capital próprio	1.281	(226)	1.508	665,9%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	9.600	9.702	(102)	-1,1%
Autonomia financeira (%)	11,8%	-2,4%		
Solvabilidade (%)	13,3%	-2,3%		
Estrutura patrimonial (%)	41,8%	-6,8%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em termos patrimoniais salienta-se a melhoria dos capitais próprios do sector, decorrente de aumentos de capital realizados pelo Estado nas sociedades OPART (2 M€) e Teatro Nacional de São João (1,5 M€).

3.2.3. Gestão de Infra-estruturas

O modelo de desenvolvimento e gestão de infra-estruturas de interesse público assenta, em boa medida, em empresas públicas totalmente detidas, directa ou indirectamente, pelo Estado:

- Infra-estruturas Rodoviárias: Estradas de Portugal, S.A., a qual resultou da transformação da Estradas de Portugal, E.P.E. em sociedade anónima de capitais públicos, operada pelo Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de Novembro;
- Infra-estruturas Ferroviárias: Rede Ferroviária Nacional – REFER e RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A., esta última detida em 60% pelo Estado e em 40% pela REFER;
- Infra-estruturas Aeroportuárias: ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., ANAM–Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A., EDAB–Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A., NAV Portugal-Navegação Aérea de Portugal, EPE e NAER–Novo Aeroporto, S.A..;
- Infra-estruturas Portuárias: APA–Administração do Porto de Aveiro S.A., APL–Administração do Porto de Lisboa, S.A., APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. e a APS – Administração do Porto de Sines, S.A..

Incluem-se ainda no conjunto das empresas gestoras de infra-estruturas públicas a EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infra-estruturas do Alqueva, a Docapesca – Portos e Lotas S.A., e a SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A.⁷.

Apesar de representarem pouco menos de 10% da totalidade das participações do Estado, em termos de valor nominal do capital detido, as empresas gestoras que integram este grupo são responsáveis pelo desenvolvimento e funcionamento das principais infra-estruturas de transportes rodoviário, ferroviário, aeroportuário e portuário do país, assegurando não só a sua operacionalidade em condições de segurança e conforto, como também promovendo os investimentos necessários à respectiva modernização e alargamento.

As empresas gestoras de infra-estruturas rodoviárias e portuárias, registaram resultados líquidos agregados positivos, com especial destaque para a gestora da rede rodoviária (Estradas de Portugal, S. A.), que passou de um prejuízo de 1,1 M€ para um lucro de 55,7 M€ pelo facto de ter passado a beneficiar, desde o final de 2007, de receitas próprias provenientes do produto da contribuição de serviço rodoviário⁸ e as empresas gestoras de portos que melhoraram o resultado agregado em 39% face ao exercício anterior, fixando-se em 20,2 M€ no conjunto.

As empresas do sector aeroportuário também registaram, em conjunto, resultados líquidos positivos, porém inferiores em 22,4% aos registados no exercício anterior.

Contrariamente, a empresa gestora de rede ferroviária nacional, REFER, registou um prejuízo de 231 M€⁹, um agravamento de 3,4% relativamente ao exercício anterior, acabando por determinar uma exploração globalmente deficitária para o conjunto das empresas públicas gestoras de infra-estruturas, no exercício de 2008, contudo melhor do que a registada no exercício anterior.

⁷ Verificando-se cumprida a função para a qual esta empresa foi constituída, foi decidida a privatização do respectivo capital, o que deverá acontecer após a operação de recapitalização do grupo, que terá início em 2009.

⁸ No âmbito do novo modelo de financiamento da rede rodoviária nacional.

⁹ A REFER elabora e certifica as suas demonstrações financeiras segundo as normas internacionais de relato financeiro adoptadas na União Europeia, nas quais, a actividade de investimento em infra-estruturas de longa duração, é considerada de forma autónoma. No presente relatório, com o objectivo de assegurar a harmonização e agregação da informação financeira com as demais empresas públicas, as demonstrações financeiras foram reconstituídas em referencial POC. As contas da REFER referentes a 2008 encontram-se disponíveis no sítio na Internet da empresa www.refer.pt.

A expressiva variação positiva do EBITDA deve-se, quase exclusivamente, ao aumento dos proveitos operacionais da EP pelo impacto das receitas do produto da contribuição de serviço rodoviário, como atrás se referiu.

Quadro 3.2.3.1 Sector das Infra-estruturas Aéreas Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	72.500	72.608	(108)	-0,1%
Resultado operacional após subsídios	72.746	72.832	(86)	-0,1%
Resultado financeiro	(30.651)	(25.611)	(5.041)	-19,7%
Resultado líquido	32.973	42.478	(9.505)	-22,4%
EBITDA	163.046	179.041	(15.995)	-8,9%
Margem EBITDA	29,1%	33,3%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

As receitas obtidas pela Estradas de Portugal justificam também a maior parte da variação observada no volume de negócios agregado do conjunto de empresas gestoras de infra-estruturas, contribuindo deste modo para a melhoria substancial da produtividade medida pelo VABcf *per capita*.

Quadro 3.2.3.2 Sector das Infra-estruturas Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.428.848	822.069	606.778	73,8%
Custos com pessoal	500.573	467.602	32.971	7,1%
VABcf	1.130.521	634.082	496.439	78,3%
Nº médio de trabalhadores	9.572	9.811	(239)	-2,4%
VABcf per capita	118,1	64,6	53,5	82,7%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Quanto à estrutura patrimonial, mais uma vez as variações mais significativas nas rubricas de balanço decorrem das contas da Estradas de Portugal, pelo facto de ter passado a contabilizar no activo os direitos inerentes às suas concessões, enquanto o valor dos subsídios ao investimento na infra-estrutura rodoviária, que vinha sendo contabilizada integralmente nos

capitais próprios, na parte ainda não reconhecida como proveitos do exercício, foi transferido para acréscimos e diferimentos o valor de 12 654 M€.

Quadro 3.2.3.3 Sector das Infra-estruturas Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	27.942.483	23.882.195	4.060.287	17,0%
Capital próprio	3.829.629	14.278.375	(10.448.746)	-73,2%
Interesses minoritários	5.323	6.890	(1.567)	-22,7%
Passivo	24.107.531	9.596.931	14.510.600	151,2%
Autonomia financeira (%)	13,7%	59,8%		
Solvabilidade (%)	15,9%	148,8%		
Estrutura patrimonial (%)	32,9%	85,0%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

3.2.4. Requalificação Urbana e Ambiental

Este sector integra, para além da Parque Expo 98, S.A. que assume um peso preponderante na sua estrutura económico-financeira, as Sociedades Polis¹⁰ infra identificadas e a Sociedade Frente Tejo, S.A. constituída em Julho de 2008.

Quadro 3.2.4.1 Requalificação Urbana e Ambiental Empresas Polis: alterações na carteira

	Data de Entrada em Liquidação	Data de Criação
Chaves Polis	31-12-2007	
Setúbal Polis	30-05-2008	
Cacém Polis	31-12-2007	
Polis Litoral Ria formosa		03-06-2008
Polis Litoral Norte		28-08-2008

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

O resultado líquido do sector registou uma evolução desfavorável sustentada significativamente pelo prejuízo apurado em 2008 pela Parque Expo 98. A diminuição assinalável do resultado operacional do sector deveu-se ao decréscimo verificado no volume de negócios da Parque Expo 98 aliada às perdas de imparidade registadas na participada “Pavilhão Atlântico”. A

¹⁰ Sociedades que têm por objecto a requalificação urbana e ambiental de áreas urbanas, participadas pelo Estado e pelos municípios abrangidos.

variação negativa do resultado financeiro ficou a dever-se, sobretudo, ao aumento dos encargos financeiros associados ao forte passivo bancário da Parque Expo 98 e da participada “GIL”.

Quadro 3.2.4.2 Requalificação Urbana e Ambiental Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(7.938)	34.819	(42.757)	-122,8%
Resultado operacional após subsídios	(3.428)	35.419	(38.847)	-109,7%
Resultado financeiro	(19.841)	(11.850)	(7.991)	-67,4%
Resultado líquido	(17.831)	25.419	(43.250)	-170,1%
EBITDA	5.350	15.439	(10.089)	-65,3%
Margem EBITDA	13,6%	31,3%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A variação do volume de negócios do sector resulta da redução do nível de vendas de terrenos e da quebra nos proveitos resultantes da gestão dos edifícios por parte da Parque Expo 98.

Os custos com pessoal registaram uma evolução favorável resultante, essencialmente, da redução das remunerações com o pessoal da Parque Expo 98, aliada ao facto de se ter reduzido o volume de indemnizações por rescisão de contratos de trabalho suportadas pela empresa.

Quadro 3.2.4.3 Requalificação Urbana e Ambiental Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	39.241	49.301	(10.060)	-20,4%
Custos com pessoal	14.178	15.949	(1.771)	-11,1%
VABcf	21.157	19.767	1.390	7,0%
Nº médio de trabalhadores	326	318	8	2,5%
VABcf per capita	64,9	62,2	2,7	4,4%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

A evolução da estrutura patrimonial do sector é fortemente marcada pela entrada em liquidação de algumas sociedades Polis, por se encontrar realizado o objecto para o qual foram criadas, e constituídas novas, todas identificadas no **Quadro 3.2.4.1** e pela evolução verificada nos principais agregados da Parque Expo 98 e da Costa Polis.

Quadro 3.2.4.4 Requalificação Urbana e Ambiental Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	723.165	647.067	76.098	11,8%
Capital próprio	103.472	(6.885)	110.357	1602,9%
Interesses minoritários	(16.214)	(14.591)	(1.623)	-11,1%
Passivo	635.907	668.543	(32.636)	-4,9%
Autonomia financeira (%)	14,3%	-1,1%		
Solvabilidade (%)	16,3%	-1,0%		
Estrutura patrimonial (%)	63,9%	57,5%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

3.2.5. Serviços de Saúde

Em 2008 foram criadas 8 novas entidades públicas empresariais no sector da saúde, algumas delas sucedendo, ou agrupando, entidades do Sector Público Administrativo (SPA) e/ou empresas já existentes, o que se traduziu num acréscimo líquido de apenas 4 entidades face às existentes em 31 de Dezembro de 2007, mas correspondeu a um significativo aumento do número de entidades do SNS geridas sob a forma empresarial. No final do exercício de 2008, o sector era constituído por 38 empresas (ver Anexo 8.1)¹¹.

Destas transformações e agregações resultou a extinção das anteriores unidades de saúde, conforme se constata no quadro infra:

¹¹ Em resultado das alterações verificadas neste sector de actividade, as comparações em termos de indicadores económicos e financeiros realizadas neste documento, quando nada seja dito em contrário, devem ter em consideração as referidas transformações. Note-se que ao longo de 2007 foram integradas nove unidades para as quais não há dados completos anuais.

Designação	Unidades agregadas / Antiga designação	Legislação
Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E.	Agregou o Hospital Sta Maria, E.P.E. e Hospital Pulido Valente, E.P.E.	DL n.º 23/2008, de 8 de Fevereiro
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.	Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde	
Hospitais da Universidade de Coimbra, E.P.E.	Hospitais da Universidade de Coimbra	DL n.º 180/2008, de 26 de Agosto
Hospital Faro E.P.E.	Hospital Central de Faro	
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E.	Agregou o Centro Hospitalar Alto Minho, E.P.E. e os centros de saúde do distrito de Viana do Castelo	
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E.	Agregou o Centro Hospitalar Baixo Alentejo, E.P.E. e os centros de saúde do distrito de Beja, com excepção do centro de saúde de Odemira	DL n.º 183/2008, de 4 de Setembro
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	Agregou os Hospitais de Sousa Martins, Guarda, e de Nossa Senhora da Assunção, Seia, com os centros de saúde do distrito da Guarda, com a excepção dos centros de saúde de Vila Nova de Foz Côa e de Aguiar da Beira	
Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca, E.P.E.	Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca	DL n.º 203/2008 de 10 de Outubro

As entidades que compõem este sector apresentam dimensões bastante variadas. Assim, por exemplo, verificou-se que em 2008 o activo líquido destas empresas apresentou valores entre 500 M€ (Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E.) e 14 M€ (Hospital de Santa Maria Maior, E.P.E.) e o volume de negócio oscilou entre os 285 M€ (Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E.) e os 0,8 M€ (Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.).

O Estado, através da DGTF, subscreveu e realizou aumentos de capital, nos Hospitais E.P.E., no montante global de 116,6M€.

O resultado líquido agregado do sector registou, no exercício de 2008, um agravamento relativamente ao exercício anterior, para o qual contribuiu a variação desfavorável verificada em 3 entidades¹², que ascendeu a 74,4 M€, bem como o resultado negativo de 21,6 M€ apurado pela Unidade Local de Saúde da Guarda E.P.E., constituída em 2008.

Quadro 3.2.5.2 Saúde Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens				
	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(322.416)	(223.014)	(99.402)	-44,6%
Resultado operacional após subsídios	(283.312)	(150.334)	(132.978)	-88,5%
Resultado financeiro	35.503	29.682	5.821	19,6%
Resultado líquido	(220.281)	(90.620)	(129.661)	-143,1%
EBITDA	(128.967)	(11.675)	(117.292)	-1004,6%
Margem EBITDA	-3,6%	-0,4%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

¹² Centro Hospitalar do Porto E.P.E., Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano E.P.E., Centro Hospitalar de Lisboa Central E.P.E..

O resultado financeiro apurado para todas as entidades é positivo (com excepção do Centro Hospitalar da Póvoa do Varzim/Vila do Conde E.P.E.), resultando, na sua maioria, dos rendimentos da aplicação da parte não utilizada da dotação inicial do capital estatutário, conjugada com a inexistência de passivo remunerado.

O crescimento do volume de negócios explica-se essencialmente pela integração e criação, no universo das E.P.E., das unidades descritas anteriormente. Pela mesma razão, registou-se um agravamento nas rubricas de custos com o pessoal, custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas (21%) e fornecimentos e serviços externos (30%).

Quadro 3.2.5.3 Saúde Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	3.537.420	3.138.470	398.950	12,7%
Custos com pessoal	2.126.979	1.834.268	292.711	16,0%
VABcf	1.840.618	1.722.527	118.091	6,9%
Nº médio de trabalhadores	83.095	70.509	12.586	17,9%
VABcf per capita	22,2	24,4	(2,3)	-9,3%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Contudo, o recurso aos dados do universo comparável, isto é, considerando as mesmas unidades hospitalares em ambos os exercícios, independentemente da sua integração no SEE ou no SPA em cada exercício, permite ter uma visão mais “clara” sobre a evolução deste sector de actividade, como se observa no [Quadro 3.2.5.4](#) (dados fornecidos pela Administração Central do Sistema de Saúde).

Quadro 3.2.5.4 Saúde Evolução dos Resultados/Indicadores de Gestão

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional	(288.469)	(194.082)	(94.387)	-48,6%
Resultado financeiro	36.612	32.942	3.670	11,1%
Resultado líquido	(207.008)	(126.645)	(80.363)	-63,5%
EBITDA	(110.597)	(21.152)	(89.446)	-422,9%
Margem EBITDA	-2,9%	-0,6%		
Volume de negócios	3.801.031	3.424.400	376.631	11,0%
Custos com pessoal	2.469.945	2.402.906	67.040	2,8%
VABcf	1.703.456	1.408.917	294.539	20,9%

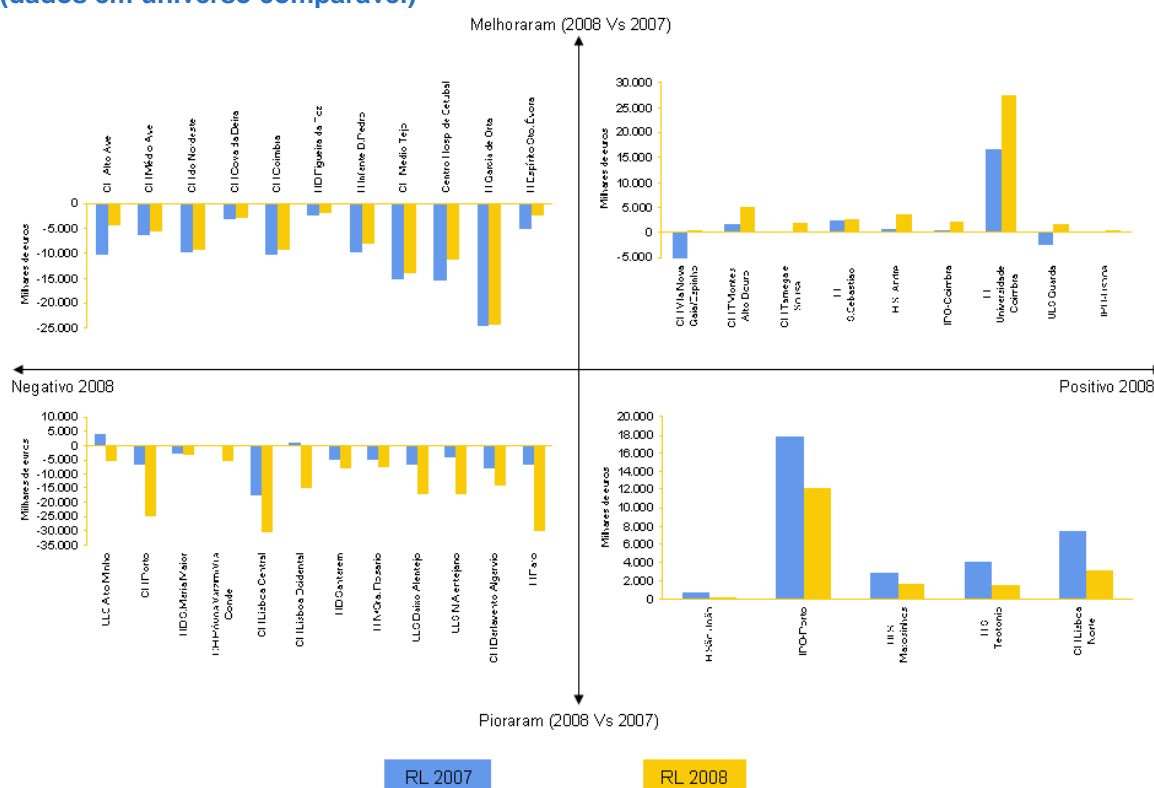
Fonte: ACSS

Neste caso, observa-se uma variação negativa do resultado operacional de 94 M€ em vez de 133 M€ observado no [Quadro 3.2.5.2](#). Do mesmo modo, o resultado líquido apurado revela um menor agravamento quando considerado o universo comparável.

Mas a diferença entre as duas realidades torna-se mais expressiva no que toca aos custos com o pessoal, rubrica de maior peso na estrutura de custos das unidades hospitalares, porquanto, tendo por base o universo comparável, a variação registada em 2008 foi de apenas 2,8%, variação próxima, a título de referência, do valor da inflação média registada no mesmo período. Relativamente às restantes principais rubricas de custos, em universo comparável, a variação observada pelos fornecimentos e serviços externos foi de 2,6%, com os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas a variarem 5,0% face a 2007.

Como se observa no gráfico seguinte, não obstante o agravamento dos resultados globais no sector, em 38 empresas catorze apresentaram resultados positivos e vinte melhoraram o resultado líquido face ao exercício anterior.

Gráfico 3.2.5.1
Evolução dos Resultados Líquidos 2008/2007 por Hospital
(dados em universo comparável)



Fonte: ACSS

A integração e criação de novas entidades explicam o acréscimo do activo líquido e do passivo agregados do sector. No respeitante ao capital próprio, este diminuiu pelo impacto dos resultados líquidos negativos.

Quadro 3.2.5.5

Saúde

Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	4.128.885	3.357.020	771.865	23,0%
Capital próprio	1.324.717	1.395.395	(70.678)	-5,1%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	2.804.168	1.961.625	842.543	43,0%
Autonomia financeira (%)	32,1%	41,6%		
Solvabilidade (%)	47,2%	71,1%		
Estrutura patrimonial (%)	109,5%	123,2%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

3.2.6. Serviços de Utilidade Pública

Este sector contava, em 2008, com participações directas do Estado em *sociedades holding* que encabeçam dois grupos económicos: AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A. (8,82%) e CTT-Correios de Portugal, S.A. (100%).

Apesar de ser constituído apenas pelas duas entidades mencionadas, ambas são empresas-mãe de grupos que integram participações em 57 empresas (AdP 45 e CTT 12).

Quadro 3.2.6.1 Serviços de Utilidade Pública Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	153.072	117.258	35.814	30,5%
Resultado operacional após subsídios	153.593	118.147	35.446	30,0%
Resultado financeiro	(86.977)	(73.184)	(13.793)	-18,8%
Resultado líquido	121.128	80.632	40.496	50,2%
EBITDA	412.137	361.970	50.167	13,9%
Margem EBITDA	28,2%	27,0%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Os resultados financeiros negativos são inteiramente atribuíveis ao aumento do passivo da AdP para fazer face ao crescimento do seu volume de investimentos em (+29% face ao ano anterior), porquanto os restantes indicadores financeiros apresentam uma evolução favorável, com destaque para o resultado operacional que apresentou um crescimento de 30%.

O grupo CTT apurou um lucro líquido consolidado de 58,2 M€. Verifica-se uma redução de 20% face ao ano anterior, motivada exclusivamente pelo montante dos impostos sobre o rendimento imputáveis aos dois exercícios (25,1 M€ em 2008 e 3,7 M€ em 2007). Com efeito, o resultado antes de impostos e de interesses minoritários teve um incremento de cerca de 9%, prosseguindo o bom desempenho de anos anteriores.

Quadro 3.2.6.2 Serviços de Utilidade Pública Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.459.473	1.341.848	117.625	8,8%
Custos com pessoal	563.391	570.863	(7.472)	-1,3%
VABcf	971.187	893.693	77.495	8,7%
Nº médio de trabalhadores	21.179	21.068	111	0,5%
VABcf per capita	45,9	42,4	3,4	8,1%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O activo líquido consolidado do sector registou, em 2008, um acréscimo de +409,5 M€ (**Quadro 3.2.6.3**), reflectindo, sobretudo, o esforço de investimento na AdP, cujo activo cresceu +566 M€, correspondentes a um aumento de 11%.

Por outro lado, o passivo também registou um aumento aproximadamente equivalente, explicado exclusivamente pelo acréscimo de endividamento da AdP de +492,9 M€, sublinhando-se o agravamento de 34% no passivo de médio e longo prazo.

Quadro 3.2.6.3 Serviços de Utilidade Pública Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	6.896.856	6.487.345	409.511	6,3%
Capital próprio	745.005	695.114	49.891	7,2%
Interesses minoritários	214.892	196.753	18.139	-
Passivo	5.936.959	5.595.478	341.481	6,1%
Autonomia financeira (%)	10,8%	10,7%		
Solvabilidade (%)	12,5%	12,4%		
Estrutura patrimonial (%)	54,3%	47,2%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

O aumento registado nos capitais próprios ficou a dever-se essencialmente à AdP (+54,8 M€), uma vez que nos CTT registaram um decréscimo de 4,9 M€.

3.2.7. Transportes

O sector de transporte público colectivo de passageiros inclui 5 empresas totalmente detidas pelo Estado: a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.; a CP-Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.; o Metropolitano de Lisboa, E.P. (ML); a STCP-Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. e a Transtejo-Transportes do Tejo, S.A., bem como participações maioritárias na Metro do Mondego, S.A., onde o Estado detém directamente 53% do respectivo capital e na Metro do Porto, S.A. cuja participação do Estado, em 31 de Dezembro de 2008, conjuntamente com a CP e a STCP era de 60%.

A evolução dos resultados do sector em 2008, confirma a capacidade de resistência do sector num contexto de aumento dos preços dos combustíveis e redução de procura, facto que permitiu ganhos de eficiência e preservação do nível de resultados operacionais antes de subsídios alcançado no ano anterior. Adicionalmente, o crescimento dos subsídios à exploração/indemnizações compensatórias tiveram um efeito positivo tendo permitido a melhoria de cerca de 2% nos resultados operacionais.

Os resultados financeiros negativos, que ascenderam a 288,2 M€ em 2008, revelaram um agravamento de 9% relativamente ao ano anterior, explicado, maioritariamente, pelo acréscimo de encargos financeiros da CP da Metro do Porto e da Metropolitano de Lisboa, em consequência do acréscimo de dívida remunerada registado pelas três sociedades (788 M€ no conjunto), destinada ao financiamento de despesas de investimentos e cobertura de défices de tesouraria.

Quanto aos resultados líquidos negativos, com excepção da CARRIS, todas as empresas do sector registaram variações negativas próximas das verificadas pelos resultados financeiros, tendo a Metro do Porto, a Metropolitano de Lisboa e a CP, que registaram prejuízos, respectivamente, de 149 M€, 175,5 M€ e 190,4M€. Destaca-se a CARRIS, que embora mantendo o resultado negativo, registou uma variação positiva de 22,1 M€ aproximadamente.

Considerando os níveis de défices de exploração apurados nas empresas de transportes, deduz-se que aquelas não têm capacidade para libertar meios líquidos. Assim, em 2008, tal como nos anos anteriores, o EBITDA agregado das empresas do sector foi negativo.

Quadro 3.2.7.1 Transportes Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(456.748)	(456.536)	(212)	-0,05%
Resultado operacional após subsídios	(314.106)	(320.113)	6.007	1,88%
Resultado financeiro	(288.184)	(264.037)	(24.147)	-9,15%
Resultado líquido	(581.842)	(557.334)	(24.508)	-4,40%
EBITDA	(114.789)	(109.412)	(5.377)	-4,91%
Margem EBITDA	-21,1%	-21,0%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Em 2008, a generalidade das empresas de transportes reduziram o seu número médio de trabalhadores face ao ano anterior. No entanto, aquela redução não se traduziu em redução dos custos com pessoal que se agravaram cerca de 8%, devido a um acréscimo muito significativo das responsabilidades com as pré-reformas - o Metropolitano de Lisboa apresentou o maior agravamento, próximo de 41%.

O aumento da produtividade registado em 2008 resultou do efeito conjugado do aumento do VABcf de 6,3% com a diminuição de 2,2% no número médio de trabalhadores.

Quadro 3.2.7.2 Transportes Indicadores de Gestão Operacional

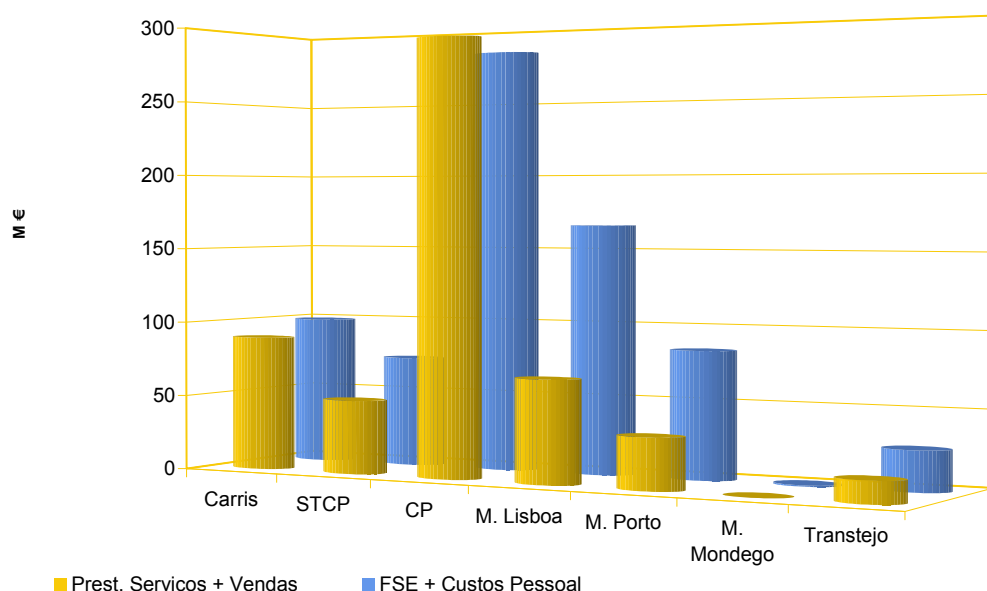
Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	545.234	520.122	25.112	4,8%
Custos com pessoal	397.319	368.336	28.984	7,9%
VABcf	311.384	293.020	18.364	6,3%
Nº médio de trabalhadores	10.745	10.987	(242)	-2,2%
VABcf per capita	29,0	26,7	2,3	8,7%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Da estrutura de custos das empresas que integram o sector dos transportes, ressaltam os custos directos de produção (fornecimentos e serviços externos e custos com o pessoal) que representam 51% da totalidade dos custos. Se a estes forem acrescentados os encargos financeiros, aquela percentagem eleva-se a 76%.

Gráfico 3.2.7.1
Transportes
Peso dos FSE e Custos c/ Pessoal sobre Proveitos em 2008



O gráfico supra ilustra a insuficiência dos proveitos de exploração para cobrir os custos com fornecimentos e serviços externos e com o pessoal. Com excepção da CP, em que os proveitos suplantam aqueles custos, destacam-se as situações da Metro do Porto e do Metropolitano de Lisboa, pela singularidade de desenvolverem simultaneamente as actividades de gestão de infra-estruturas e de transportes.

Quadro 3.2.7.3
Transportes
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	7.310.298	7.194.929	115.369	1,6%
Capital próprio	(3.196.272)	(2.482.990)	(713.282)	-28,7%
Interesses minoritários	-	-	-	-
Passivo	10.506.570	9.677.919	828.651	8,6%
Autonomia financeira (%)	-43,7%	-34,5%		
Solvabilidade (%)	-30,4%	-25,7%		
Estrutura patrimonial (%)	75,1%	77,3%		

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

No que respeita à estrutura patrimonial, o sector dos transportes aumentou o seu activo líquido em 115 M€ em relação ao ano transacto, suportado em grande parte pelos investimentos no aumento de capacidade e modernização da rede, especialmente do Metropolitano de Lisboa e, em menor dimensão, do Metro do Porto. O activo imobilizado líquido das restantes empresas do sector sofreu reduções, razão pela qual o seu activo líquido apresentou pequenas variações.

Os capitais próprios do sector tiveram uma variação negativa de 28,7%, expressa na generalidade das empresas do sector em resultado dos prejuízos registados, agravado pelo facto da CARRIS ter reconhecido em resultados transitados o montante das responsabilidades por complemento de pensões não reconhecidas como custos nos exercícios anteriores (cerca de 216 M€).

No exercício em apreço, o passivo global do sector cresceu 8,6%, elevando-se o seu montante a 10 507 M€ (superior em 829 M€ face a 2007). Este crescimento encontra-se ancorado, como atrás se referiu, no aumento das dívidas a terceiros de médio e longo prazo (empréstimos obrigacionista e bancários), com especial destaque para a CP, Metropolitano de Lisboa e Metro do Porto, em conjunto responsáveis por cerca de 92% do aumento da dívida remunerada do sector.

O rácio de estrutura patrimonial evidencia uma ligeira deterioração da cobertura do activo fixo por capitais permanentes, que é essencialmente assegurada por capitais alheios de médio e longo prazo.

3.2.8. PARPÚBLICA

A actividade da PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A.. (PARPÚBLICA), tem sido focalizada, desde a sua constituição, na gestão de participações sociais que integrem o seu património e na intervenção no desenvolvimento de processos de privatização no quadro da Lei n.º 11/90, de 5 de Abril (Lei Quadro das Privatizações), bem como na gestão de activos imobiliários do Estado.

Em 2008 procedeu-se à reestruturação do grupo através da criação das *sub-holdings* Capitalpor (100% da PARPÚBLICA), destinada a agrupar as participações sujeitas à Lei n.º 11/90, e Parcaixa (49% da PARPÚBLICA e 51% da CGD) para as restantes participações.

No âmbito da gestão das participações sociais registou-se ainda o aumento da participação do grupo na Águas de Portugal, SGPS, S.A. de 45,27% para 72,17%.

A gestão de activos imobiliários contempla a aquisição, alienação, arrendamento e intervenção em operações urbanísticas, sendo de assinalar, neste domínio, o início da operação de reestruturação e requalificação urbana e ambiental designada por Arco Ribeirinho Sul, destinada a reconverter antigas zonas industriais da margem sul do Tejo na região da Grande Lisboa.

Assim, a evolução dos resultados do grupo constante do quadro seguinte decorre, por um lado da gestão de participações financeiras e, por outro, da gestão do património imobiliário.

Quadro 3.2.8.1 Par pública Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(16.966)	490.971	(507.937)	-103,5%
Resultado operacional após subsídios	2.686	520.497	(517.811)	-99,5%
Resultado financeiro	(60.742)	(93.706)	32.964	35,2%
Resultado líquido	(133.093)	375.842	(508.935)	-135,4%
EBITDA	356.832	736.862	(380.030)	-51,6%
Margem EBITDA	11,8%	29,5%		

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

Ao nível das participações sociais, principais responsáveis pela quebra nos resultados do grupo em 2008, ressalta o facto das participadas do segmento de actividades aeronáuticas terem registado um prejuízo líquido próximo dos 290 M€, determinado exclusivamente pelo grupo TAP¹³, já que a ANA apresentou lucros, contudo inferiores aos do ano passado. Embora em menor grau, esta diminuição dos resultados líquidos foi comum a todos os segmentos de actividade do grupo, com excepção da exploração agrícola, pecuária e florestal. As participações minoritárias (EDP, REN e Galp Energia) contribuíram positivamente para o resultado do grupo, embora tenham gerado ganhos inferiores em 170 M€ aos verificados em 2007.

¹³ O prejuízo verificado deve-se, em boa medida, ao agravamento do custo das matérias-primas, designadamente os combustíveis.

Por seu turno, o sector imobiliário contribuiu com um resultado líquido positivo de 56 M€, não obstante a quebra de 37% registada nas vendas. O património imobiliário (1 132 M€) registou um acréscimo líquido do justo valor de 32 M€. Cerca de 47% deste património destina-se a reconversão urbanística, 24% está arrendado ou para arrendamento e 26% está disponível para venda.

Os indicadores de gestão operacional a seguir referidos estão influenciados por alterações no perímetro de consolidação do grupo ocorridas em 2008, em especial a que respeita à integração da AdP. Não obstante, o volume de negócios, sem a contribuição da AdP, cresceu 14%, o que se fica a dever, essencialmente, à actividade da TAP.

Registou-se um aumento do VABcf *per capita* (+2,0%), em virtude do crescimento do VABcf (3,9%) ter suplantado o crescimento ocorrido no número médio de trabalhadores (1,9%)¹⁴.

Quadro 3.2.8.2 Parpública Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	3.022.875	2.495.191	527.684	21,15%
Custos com pessoal	725.053	585.752	139.301	23,8%
VABcf	958.079	921.882	36.197	3,9%
Nº médio de trabalhadores	12.142	11.915	227	1,9%
VABcf per capita	78,9	77,4	1,5	2,0%

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

Pese embora a solidez e capacidade de libertação de meios da AdP, a sua consolidação integral na PARPÚBLICA, pela sua dimensão, teve um forte impacto nos indicadores económico-financeiros desta última, beneficiando, por um lado, do reforço do património correspondente à situação líquida consolidada positiva do grupo AdP, incluindo um elevado grau de endividamento, e por outro, do contributo da sua actividade económica.

¹⁴ Não foi considerado o número de trabalhadores da VEM, empresa detida pela PARPÚBLICA sediada no Brasil.

Quadro 3.2.8.3 Parública Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	12.245.922	10.295.595	1.950.327	18,9%
Capital próprio	3.207.784	3.489.378	(281.594)	-8,1%
Interesses minoritários	276.850	106.601	170.249	159,7%
Passivo	8.761.288	6.699.616	2.061.672	30,8%
Autonomia financeira (%)	26,2%	33,9%		
Solvabilidade (%)	36,6%	52,1%		
Estrutura patrimonial (%)	108,4%	111,0%		

Fonte: SIRIEF / Relatório e contas consolidado

Assim, o aumento do passivo do grupo PARPÚBLICA justifica-se, em parte, pelo impacto do passivo do grupo AdP, mas a parcela mais significativa da variação resultou da contratação de novos financiamentos, na maior parte destinados a investimentos traduzidos na realização em dinheiro de parte do capital social da Parcaixa, na compra a dinheiro de activos que foram mobilizados para a realização da parte restante da sua participação no capital social daquela empresa e na compra a dinheiro de outros activos mobilizados na realização do capital social da Capitalpor.

4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS

Tendo por base o quadro legal e o referencial contabilístico das sociedades financeiras, poder-se-ia integrar neste grupo, para além do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A., a SOFID, Sociedade Financeira para o Desenvolvimento, S.A., que visa garantir o apoio financeiro às empresas que actuam em mercados emergentes e estejam em processo de internacionalização direccionado para o desenvolvimento sustentado de países menos desenvolvidos¹⁵.

Contudo, a exiguidade do volume de actividade e do património da SOFID não aconselha o tratamento integrado desta entidade com o Grupo Caixa Geral de Depósitos.

¹⁵ No âmbito das participações no sector financeiro poder-se-ia ainda incluir o BPN – Banco Português de Negócios, SA, cujas acções foram nacionalizadas pela Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro, mas quer as circunstâncias peculiares que determinaram a sua inclusão no SEE, quer o carácter transitório dessa inclusão, levou a que a empresa fosse considerada na chamada “Carteira Acessória”, não cabendo por isso, na análise constante do presente relatório.

4.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos

O Grupo CGD manteve em 2008 posições de liderança nas principais áreas de actuação, quer na actividade bancária, quer na actividade seguradora, sectores nos quais ocupa o 1.º lugar no ranking de quotas de mercado. Com um capital social de 3 500 M€ e um activo líquido consolidado, em 31 de Dezembro de 2008, de 111 060 M€, o grupo é liderado pela CGD, S.A., sociedade inteiramente detida directamente pelo Estado.

Quadro 4.1.1 Grupo CGD Activo Líquido Consolidado

Milhões de euros, excepto percentagens

Empresas do Grupo	2008	
	Valor	Estrutura
Caixa Geral de Depósitos	83.022	74,8%
Caixa - Seguros e Saúde	11.952	10,8%
Banco Caixa Geral (Espanha)	5.137	4,6%
BNU - Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	2.172	2,0%
Caixa - Banco de Investimento	1.750	1,6%
Caixa Leasing e Factoring	3.336	3,0%
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	574	0,5%
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	645	0,6%
Outras empresas do Grupo	2.472	2,2%
Activo Líquido Consolidado	111.060	100,0%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2008

Em 2008, a quota do Grupo CGD na concessão de crédito a clientes foi de 19,9% e na captação de depósitos de 27,6% do mercado nacional. Nos seguros, a quota de mercado do ano atingiu 26,1%, distribuído pelos ramos Vida e Não-Vida, com 24,7% e 29,8% respectivamente.

A sua carteira de participações financeiras incluía, no final de 2008, um conjunto relevante de empresas, algumas com forte influência no mercado de capitais, designadamente a Portugal Telecom (7,3%), a EDP (5,2%), a Galp Energia (1,2%), a REN (5,1%) e o Banco Comercial Português (3,8%). Nesta carteira figura também uma participação de 51% na Parcaixa, sociedade na qual a PARPÚBLICA participa em 49% e que participa na Caixa Leasing e Factoring (100%), AdP (19%) e Sage secur (19,5%).

O número de agências bancárias do grupo passou de 1 187 em 2007 para 1 223 em 2008. O número total consolidado de empregados do grupo ascendeu em 2008 a 20 797, registando um acréscimo de 1,5% relativamente ao ano anterior.

Os resultados por segmentos de negócio divulgados (**Quadro 4.1.2**), revelam que todas as actividades registaram resultados inferiores ao exercício anterior, com destaque para a banca de investimento e os seguros e saúde.

Quadro 4.1.2
Grupo CGD
Resultados por segmentos

Milhões de euros, excepto percentagens

Segmentos de negócio	2008		2007		Variação	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Absoluta	%
Banca comercial nacional	311	67,7%	529	61,8%	(218)	-41,2%
Banca de investimento	6	1,4%	36	4,2%	(30)	-82,8%
Actividade internacional	88	19,1%	102	11,9%	(14)	-13,8%
Seguros e saúde	12	2,7%	162	19,0%	(150)	-92,4%
Gestão de activos	11	2,4%	14	1,6%	(3)	-20,0%
Outros	31	6,7%	13	1,6%	17	129,5%
Resultado Líquido Consolidado	459	100,0%	856	100,0%	(397)	-46,4%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2008

a) Actividade Bancária

O desempenho da actividade bancária do Grupo CGD estendeu-se por 4 áreas de actuação: a banca comercial, a banca de investimento e capital de risco, a gestão de activos e o crédito especializado (leasing e factoring).

Apesar da conjuntura económica e financeira desfavorável, o segmento da banca comercial nacional evoluiu de forma positiva em 2008, beneficiando da aceleração do crédito total (+11,2%). O volume de negócios da banca de retalho (CGD) cresceu 9% em Portugal e o crédito especializado também aumentou 7% em 2008.

No Grupo CGD, o saldo consolidado do crédito a clientes totalizou 77 432 M€. O segmento de crédito a particulares representou a maior fatia, com destaque para o crédito destinado a aquisição de habitação.

Quadro 4.1.3 Grupo CGD Saldo de Crédito a Clientes

Milhões de euros, excepto percentagens

Segmentos	2008		Variação 08/07 (%)
	Valor	Estrutura	
Particulares	38.771	50,1%	6,9%
Empresas	35.655	46,0%	16,1%
Sector Público Administrativo	3.006	3,9%	13,1%
Total	77.432	100,0%	11,2%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2008

Em termos internacionais e no domínio da actividade bancária, o Grupo CGD ocupa a 99.^a posição (103.^a em 2007), de acordo com o critério do volume de activos, enquanto em termos de volume de capitais próprios, a sua posição no ranking mundial subiu para a 128.^a posição (131.^a em 2007).

Segundo o relatório de gestão da CGD referente a 2008, as três principais agências de *rating* internacionais – Standard & Poor's, Moody's e Fitchratings – mantiveram as notações à CGD relativamente às anteriormente atribuídas, para curto e longo prazo. A 6 de Julho de 2009, em virtude de uma revisão das metodologias e pressupostos de *rating* de entidades ligadas ao Estado, a Standard & Poor's classificou o Outlook de longo prazo da CGD em "Negativo", mantendo no entanto o *Rating*.

b) Actividade seguradora

A actividade seguradora do Grupo CGD é exercida, essencialmente, através de quatro companhias de seguros. O Grupo desenvolve ainda um conjunto de actividades complementares dos seguros, designadamente na área da saúde.

O exercício de 2008 caracterizou-se por uma redução substancial (-151,4 M€) nos resultados líquidos do sector segurador, embora com uma inversão na origem dos mesmos. Com efeito, o ramo não vida passou a ser o principal gerador de resultados (96,3 M€) em detrimento do ramo vida (-68,1 M€), ao contrário do que se havia verificado em 2007.

c) Situação económica e financeira

O resultado líquido consolidado do Grupo CGD foi de 505 M€ (**Quadro 4.1.4**), reflectindo, sobretudo, o contributo da margem financeira alargada com 2 201 M€, uma vez que a margem técnica da actividade seguradora registou um decréscimo de 6,2% em relação a 2007.

Contudo, a diminuição registada no resultado líquido consolidado (-5,9%) traduz sobretudo o elevado montante das perdas por imparidade verificadas (-1 222 M€) o qual, associado ao movimento líquido de provisões (+131 M€), provocou um impacto de -1 091 M€ nos resultados líquidos.

O essencial das perdas por imparidade do exercício refere-se a instrumentos de capital disponíveis para venda, valorizados ao justo valor, cujas imparidades acumuladas atingiram 628 M€, com destaque para a ZON e o BCP (472 M€).

Quadro 4.1.4
Grupo CGD
CGD, S.A. - Evolução dos Resultados Consolidados

Milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Margem financeira alargada	2.201	2.032	169	8,3%
Margem complementar	845	568	277	48,7%
Margem técnica - actividade seguradora	515	549	(34)	-6,2%
Produto da actividade	3.561	3.149	412	13,1%
Custos operativos	(1.839)	(1.736)	(103)	-5,9%
Provisões e imparidade	(1.091)	342	(1.433)	-419,3%
Resultados em empresas associadas	30	3	27	864,6%
Impostos correntes e diferidos	(157)	(178)	21	11,7%
Resultado Líquido Consolidado	505	898	(103)	-5,9%
Atribuível a interesses minoritários	46	41	(1.433)	-419,3%
Atribuível ao accionista da CGD	459	856	(397)	-46,4%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2008

Apesar do continuado aumento do número de efectivos (+405) e não obstante o aumento de número de balcões (+21 em Portugal e +16 no estrangeiro), o produto da actividade *per capita* registou um aumento de 16,7 m€, passando para 170,6 m€ em 2008 (**Quadro 4.1.5**).

Quadro 4.1.5 Grupo CGD Indicadores de Gestão Operacional

Milhões de euros, excepto percentagens, n.º de agências e n.º de trabalhadores

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Custos com Pessoal	1.004	942	62	6,6%
N.º de Agências	1.224	1.187	37	3,1%
Portugal	832	811	21	2,6%
Estrangeiro	392	376	16	4,3%
Produto da actividade	3.561	3.149	412	13,1%
N.º de Trabalhadores	20.869	20.464	405	2,0%
Instituições bancárias	13.897	13.648	249	1,8%
Seguradoras	3.433	3.503	(70)	-2,0%
Outras actividades	3.539	3.313	226	6,8%
Custos com pessoal <i>per capita</i>	0,0481	0,0460	0,002	4,5%
Produto da actividade <i>per capita</i>	0,1706	0,1539	0,017	10,9%

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2008

Conforme se observa no [Quadro 4.1.6](#), o activo líquido consolidado do sector ascendeu a 111 060 M€, representando um crescimento de 7,2% relativamente ao período anterior. Para esta evolução contribuiu, fundamentalmente, o aumento verificado no crédito a clientes (+12,7%) e nas aplicações em instituições de crédito (+16%). Cerca de 69% dos activos financeiros está classificada como “disponível para venda” por não ser considerada estratégica.

Quadro 4.1.6 Grupo CGD Estrutura Patrimonial

Milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Activo líquido	111.060	103.554	7.506	7,2%
Capitais próprios	5.484	5.541	(57)	-1,0%
Recursos alheios	67.080	62.880	4.200	6,7%
Exigibilidades diversas	38.496	35.133	3.363	9,6%
TIER 1 (Banco de Portugal)	7,0%	6,2%	-	-
Solvabilidade (Banco de Portugal)	10,7%	10,1%	-	-
Rácio do crédito com incumprimento	2,3%	2,1%	-	-

Fonte: CGD - Relatórios e Contas de 2008

5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE

Notas prévias:

- A abordagem do investimento e do financiamento do SEE teve por base a execução financeira expressa nas demonstrações de fluxos de caixa;
- Deste modo, os valores indicados para as diversas rubricas diferem dos mencionados noutros pontos do relatório, que reflectem uma óptica de compromisso;
- As rubricas de acréscimo e redução do endividamento referem-se ao saldo líquido entre recebimento e pagamento de empréstimos, não englobando, por isso, a evolução da dívida não remunerada.

5.1. Investimento directo do SEE

Em 2008, o volume global das despesas de investimento suportadas pelas EPNF ascendeu a 4 371 M€ (**Quadro 5.1.1**), montante inferior ao dispendido em 2007 em cerca de 203 M€ (-4,4%).

Quadro 5.1.1

Financiamento do Investimento das EPNF

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
. Investimento total	4.371.274	4.574.554	(203.280)	-4,4%
Activos corpóreos	2.287.439	2.625.310	(337.871)	-12,9%
Activos incorpóreos	1.193.347	52.728	1.140.619	2163,2%
Activos Financeiros	875.016	1.861.412	(986.396)	-53,0%
Outros investimentos	15.471	35.104	(19.633)	-55,9%
. Financiamento do Investimento	4.371.274	4.574.554	(203.280)	-4,4%
Recursos próprios	1.327.069	1.077.924	249.145	23,1%
Desinvestimento	750.361	775.631	(25.270)	-3,3%
Receitas de investimentos	145.792	172.985	(27.193)	-15,7%
Outros fundos próprios	430.916	129.308	301.608	233,2%
Subsídios ao Investimento	596.935	919.913	(322.978)	-35,1%
Dotações de capital	197.854	216.934	(19.080)	-8,8%
Empréstimos	2.249.416	2.359.783	(110.367)	-4,7%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Aquela redução ficou a dever-se ao comportamento de três componentes da despesa de investimento – activos corpóreos, activos financeiros e “outros investimentos” – que no seu conjunto registaram uma quebra de 1 344 M€. O investimento em activos incorpóreos teve um acréscimo substancial de 2007 para 2008 (mais 1 141 M€), explicado, sobretudo, pelo investimento realizado pela concessionária Estradas de Portugal, S.A., na rede rodoviária nacional, o qual está reconhecido nas suas demonstrações financeiras como aquisição de direito à exploração das novas estradas construídas. Este investimento corresponde não só ao investimento directo da EP na rede rodoviária por si explorada, (considerado até 2007 como investimento em Activo corpóreo), como as rendas pagas às actuais concessionárias SCUT.

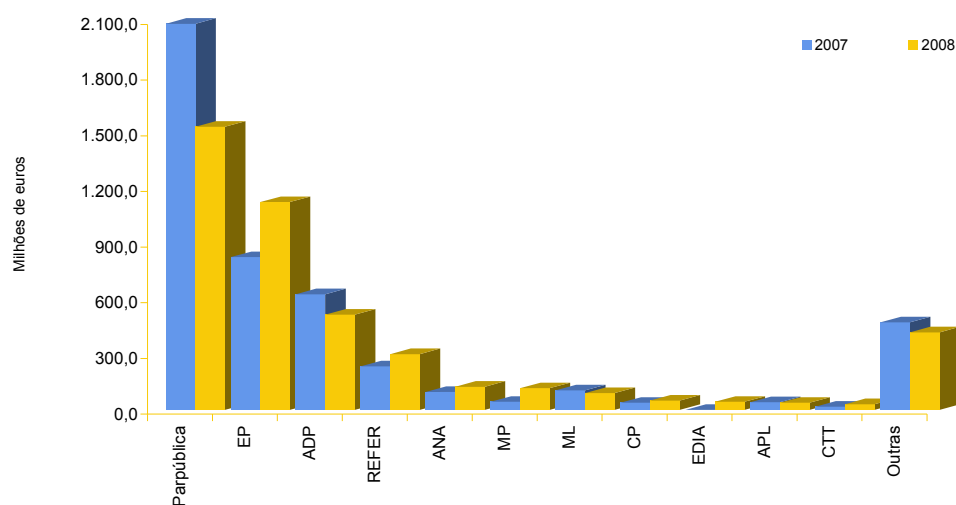
Não obstante a redução verificada, o investimento registado na rubrica “activos corpóreos” continua a representar a maior fatia do investimento total. Se corrigirmos o efeito da passagem da EP a concessionária geral rodoviária sobre a variação do investimento corpóreo¹⁶, verifica-se que o ano de 2008 foi o exercício em que o investimento das EPNF atingiu o valor mais elevado no período 2005/2008. Face a 2007, o investimento público das EPNF cresceu 39,8% em 2008, variação que é muito superior à variação nominal de 2,3% registada no investimento total da economia portuguesa, contribuindo para atenuar os efeitos do abrandamento da actividade económica.

O investimento em activos financeiros, que agora corresponde à terceira maior parcela, foi afectado pelo menor volume de operações de investimento financeiro realizadas pela holding PARPÚBLICA em 2008.

Do total de pagamentos de investimento efectuados pelas EPNF, cerca de 90% foram assegurados, em 2008, por 11 empresas ([Gráfico 5.1.1](#)).

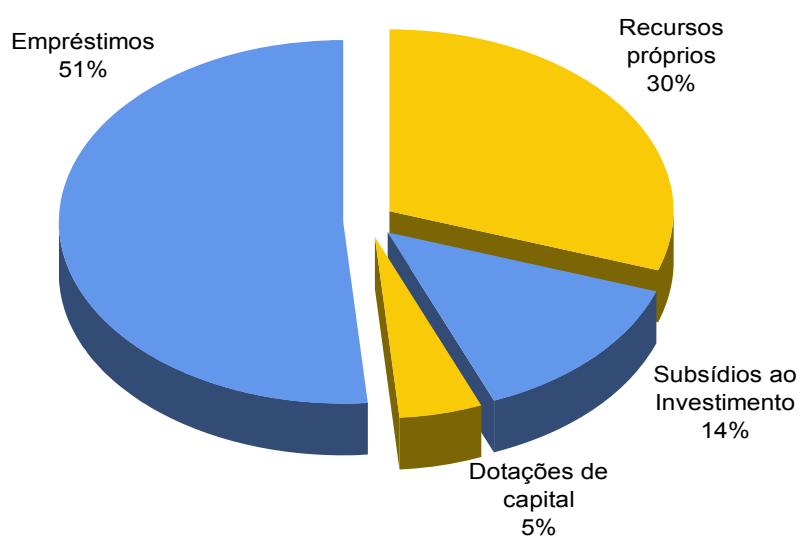
¹⁶ Para se obterem dados comparáveis sobre este agregado, torna-se necessário adicionar à despesa em activo corpóreo de 2008 cerca de 564M€ de investimento da EP na rede por si directamente explorada, e retirar, em 2007, cerca de 587M€ de rendas pagas às concessionárias.

Gráfico 5.1.1
Financiamento do Investimento das EPNF
Investimento em Activos Corpóreos, Incorpóreos e Financeiros



A importância relativa do autofinanciamento nas fontes de financiamento do investimento das EPNF reforçou-se tendo passado de 24% em 2007 para 30% em 2008. Em sentido oposto, verificou-se uma redução da contribuição dos subsídios ao investimento para o financiamento das despesas daquele agregado. O recurso a empréstimos diminuiu ligeiramente e manteve o seu peso relativo no total, em 2007 e 2008, em torno dos 52% (**Gráfico 5.1.2**).

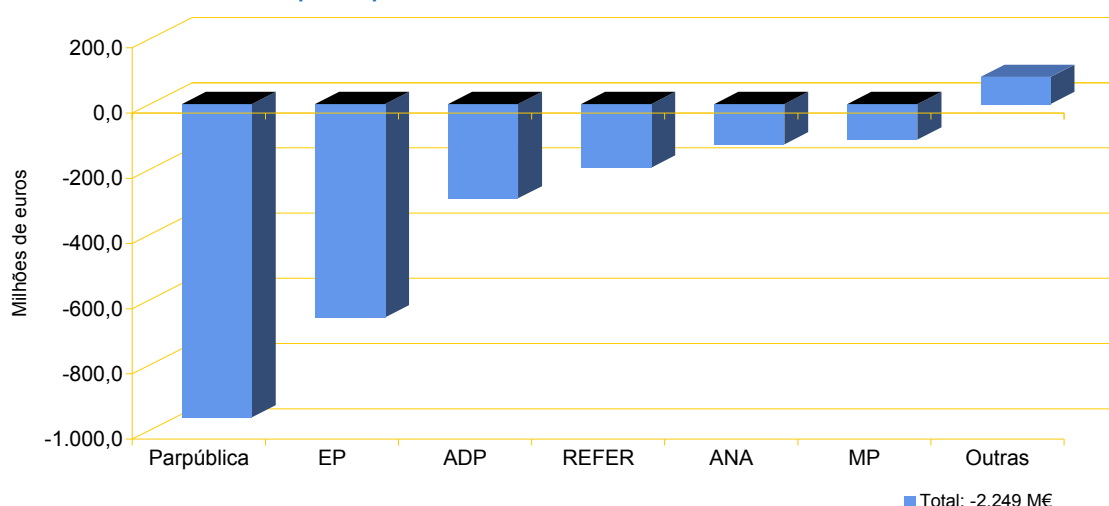
Gráfico 5.1.2
Financiamento do Investimento das EPNF
Financiamento do Investimento - 2008



O **Gráfico 5.1.3** identifica as empresas que mais contribuíram para a variação do volume de empréstimos contraídos para financiar as despesas de investimento em 2008.

Verifica-se que a variação daquele agregado é determinada, em grande medida, pela actividade financeira da PARPÚBLICA e pelo elevado nível de concentração de investimento em empresas dos sectores de gestão de infra-estruturas e transportes e de serviços de utilidade pública, os quais representam cerca de 96% do total.

Gráfico 5.1.3
Financiamento do Investimento das EPNF
Financiamento do Investimento por Empréstimos



5.2. Financiamento Global das EPNF

As necessidades de financiamento das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos, ascenderam a 8 232 M€ (**Quadro 5.2.1**), montante que representa um acréscimo em relação às necessidades geradas no exercício de 2007 de 1 078 M€ (mais 15,1%), tendo contribuído para essa variação o comportamento desfavorável de dois factores – défices operacionais antes de subsídios e pagamento de juros e outros encargos de dívida – que no seu conjunto registaram um agravamento de 1 480 M€. As restantes rubricas tiveram o efeito oposto concorrendo para o decréscimo de necessidades de financiamento de 402 M€.

O comportamento dos saldos dos fluxos de caixa das actividades operacionais antes de subsídios (aumento de défices e diminuição de excedentes) e do pagamento dos encargos do passivo remunerado, está em linha com a deterioração dos resultados operacionais antes de subsídios e dos resultados financeiros, observada para o conjunto das EPNF e reflecte os efeitos em 2008 da crise económica (diminuição da procura) e financeira (aumento das taxas de juro internacionais).

O acréscimo das necessidades de financiamento induzido pelas actividades operacionais espelha também o esforço generalizado empreendido pelas EPNF na redução dos prazos médios de pagamento a fornecedores, o qual foi particularmente intenso nas empresas do sector da saúde.

Quadro 5.2.1

Financiamento Global das EPNF

Necessidades e Fontes de Financiamento (sem renovação de empréstimos)

Milhares de euros, excepto percentagens

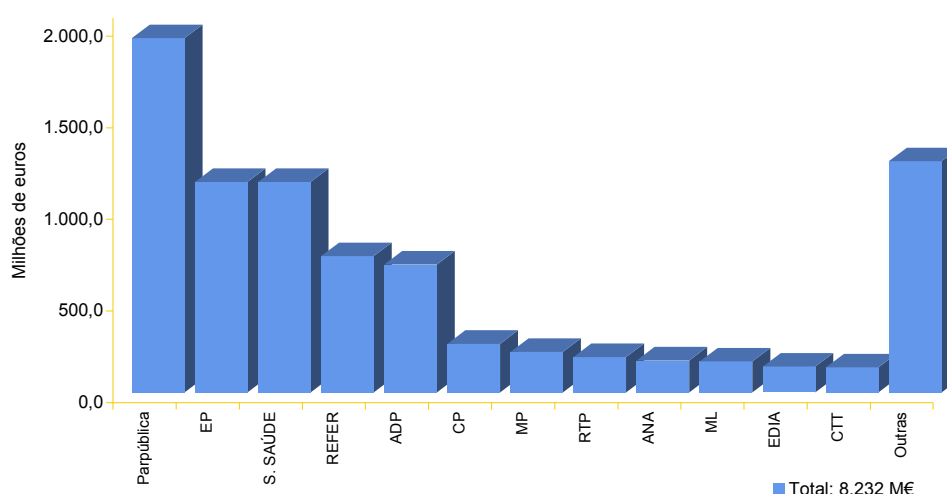
	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Necessidades de financiamento	8.231.782	7.153.678	1.078.104	15,1%
Défices operacionais antes de subsídios	1.874.297	716.046	1.158.251	161,8%
Investimento	4.371.210	4.574.554	(203.344)	-4,4%
Juros e outros encargos da dívida	1.266.578	944.754	321.824	34,1%
Redução do endividamento (empréstimos)	159.780	219.064	(59.284)	-27,1%
Acréscimo das disponibilidades	266.751	324.567	(57.816)	-17,8%
Outras necessidades de financiamento	293.165	374.693	(81.528)	-21,8%
Fontes de Financiamento	8.231.782	7.153.678	1.078.104	15,1%
Recursos próprios	2.935.857	3.025.024	(89.167)	-2,9%
Excedentes operacionais antes de subsídios	842.855	1.087.837	(244.982)	-22,5%
Desinvestimento	762.634	775.040	(12.406)	-1,6%
Outras fontes	582.497	512.684	69.813	13,6%
Utilização de disponibilidades	747.870	649.463	98.407	15,2%
Subsídios	1.195.538	1.231.495	(35.957)	-2,9%
À exploração	383.200	311.582	71.618	23,0%
Ao investimento	596.935	919.913	(322.978)	-35,1%
Outros	215.403	0	215.403	-
Dotações de capital	320.725	341.490	(20.765)	-6,1%
Acréscimo do endividamento (empréstimos)	3.779.662	2.555.669	1.223.993	47,9%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Não sendo o universo das EPNF um conjunto homogéneo, torna-se importante evidenciar as diferenças existentes entre os diferentes sectores e empresas e a forte influência que algumas empresas exercem, pelo seu peso, no comportamento do agregado.

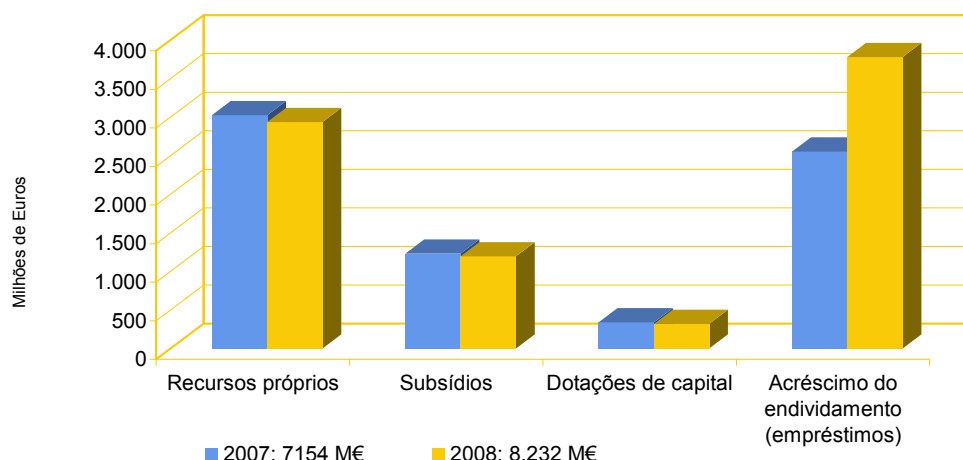
Assim, em 2008, o conjunto formado por 11 empresas e o sector da saúde, constante do **Gráfico 5.2.1**, representava 85% das necessidades globais das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos.

Gráfico 5.2.1
Financiamento Global das EPNF
Necessidades de Financiamento por Empresas 2008
(sem renovação de empréstimos)



Na sequência da diminuição dos excedentes operacionais antes de subsídios, assistiu-se a uma forte diminuição do peso relativo do autofinanciamento (recursos próprios) na estrutura de financiamento, que decresceu para 36% em 2008 (contra 42% em 2007), a qual teve por contrapartida o aumento do peso relativo do acréscimo líquido de endividamento que progrediu cerca de 10 pontos percentuais (46% em 2008 contra 36% em 2007).

Gráfico 5.2.2
Financiamento Global das EPNF
Fontes de Financiamento (sem renovação de empréstimos)



A estrutura de financiamento foi também fragilizada pela redução dos subsídios (menos 36 M€), essencialmente determinada pelos subsídios ao investimento (menos 323 M€), facto que ficou a dever-se à circunstância de 2008 ter sido um ano de transição entre dois quadros comunitários de apoio (QCA III e QREN) situação que se espera possa ser invertida em 2009. De qualquer modo, apesar de insuficiente para compensar a redução dos subsídios ao investimento, assinalam-se os aumentos verificados em “outros subsídios” (mais 215 M€) e nos subsídios de exploração (mais 71,6 M€), estes últimos, fruto do incremento de financiamento público às empresas públicas que prestam serviços de interesse económico geral, através de indemnizações compensatórias, o qual tem sido crescente e superior à inflação nos últimos anos.

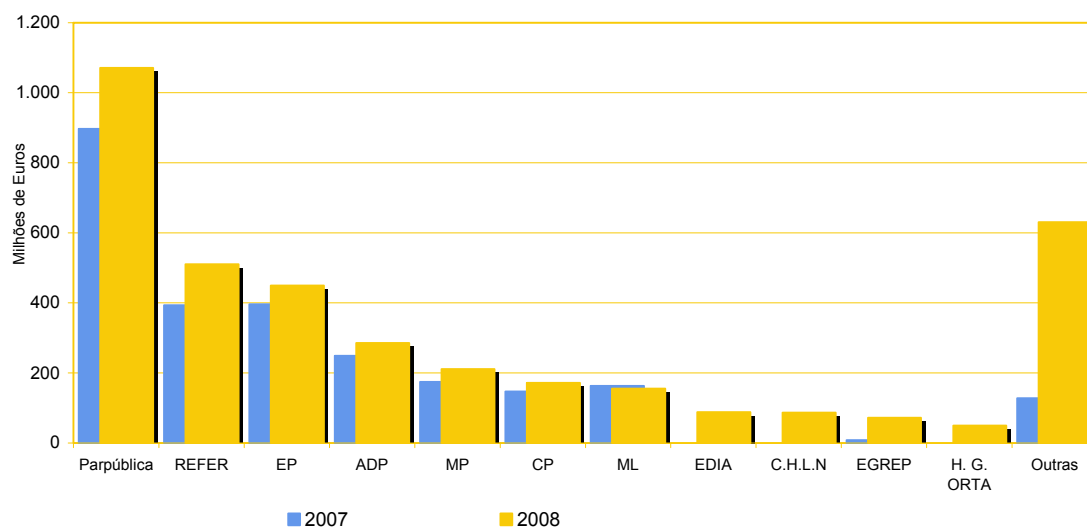
Não obstante terem registado um decréscimo em relação a 2007 (menos 6,1%), as dotações de capital tiveram importância decisiva na realização do capital nas unidades de saúde empresarializadas, no reforço do capital social da RTP, nas empresas de requalificação urbana e ambiental bem como na sustentação do esforço de investimento da EMA e do início de actividade da Arsenal do Alfeite, S.A.¹⁷.

O acréscimo de endividamento, sem renovação de empréstimos, que corresponde agora à fonte de financiamento mais importante, ascendeu a 3 780 M€. Este montante superou em 1 224 M€ o aumento de endividamento líquido registado em 2007.

¹⁷ Apenas se consideraram as dotações de capital em numerário. Assim, não foi incluído o aumento de capital na Parque Expo, realizado em espécie através de participação no Fundo Margueira.

Em 2008, 83% do acréscimo líquido total de endividamento tem origem em 11 empresas (**Gráfico 5.2.3**), sendo de sublinhar que, deste montante, 28% é atribuível à PARPÚBLICA e 13,5% e 15,4% correspondem à REFER e à EP, respectivamente.

Gráfico 5.2.3
Financiamento Global das EPNF
Acréscimo / Redução Líquida do Endividamento das Empresas
(sem renovação de empréstimos)



A renovação de empréstimos (**Quadro 5.2.2**) é uma componente das necessidades de financiamento das EPNF que cresceu a um ritmo muito elevado até ao final de 2007. Em resultado da política de consolidação de passivos seguida nesse ano, assistiu-se, em 2008, a uma redução de aproximadamente 1 412 M€ no montante de empréstimos renovados.

Assim, as necessidades de financiamento das EPNF, incluindo a renovação de empréstimos, atingiram em 2008 o montante de 13 318 M€, correspondendo este valor a um decréscimo de 334 M€ (menos 2,4%) face ao ocorrido em 2007.

Quadro 5.2.2.
Financiamento Global das EPNF
Necessidades de Financiamento (com renovação de empréstimos)

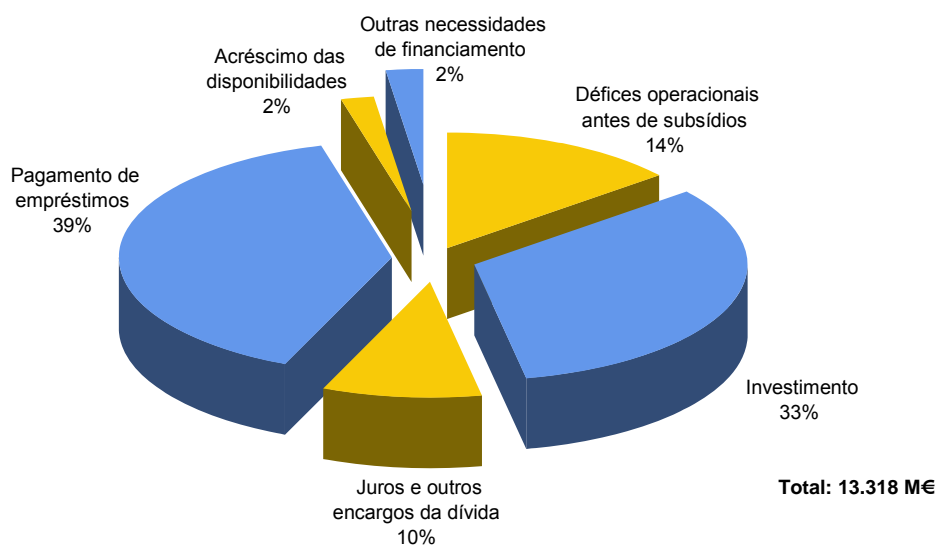
Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Sem Renovação de empréstimos	8.231.782	7.153.678	1.078.104	15,1%
Renovação de empréstimos	5.086.612	6.498.463	(1.411.851)	-21,7%
Com Renovação de empréstimos	13.318.393	13.652.141	(333.748)	-2,4%

Fonte: SIRIEF / Relatórios e contas das empresas

Apesar da melhoria verificada, o pagamento total de empréstimos (**Gráfico 5.2.4**), representando 39% do total das necessidades agregadas de financiamento, continua a evidenciar a pressão que os elevados níveis de endividamento exercem sobre a actividade das EPNF.

Gráfico 5.2.4
Financiamento Global das EPNF
Necessidades de Financiamento 2008 (com renovação de empréstimos)



6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

À semelhança dos anos anteriores, a abordagem relativa ao esforço financeiro do Estado exclui, designadamente:

- As dotações atribuídas no âmbito do PIDDAC relativas à parcela de co-financiamento em projectos de investimento visando a construção/beneficiação de infra-estruturas pertencentes ao domínio público;
- Os montantes pagos ao abrigo de contratos-programa em contrapartida da prestação de serviços, através dos ministérios que tutelam os respectivos sectores de actividade.

Pese embora a informação que se apresenta se reportar às empresas do SEE, são também referenciadas as indemnizações compensatórias atribuídas a empresas privadas que asseguram a prestação de serviço público.

O montante de apoios financeiros prestados pelo Estado às EPNF, em 2008, através de indemnizações compensatórias, dotações de capital e empréstimos, ascendeu a 811 M€, mais 26% relativamente ao ano transacto. A este valor acresce o aumento de capital da CGD (EPF), no montante de 400 M€ e os apoios financeiros a empresas privadas em contrapartida da prestação de serviços públicos, totalizando os apoios financeiros do Estado a 1 234 M€, o que se traduz num incremento de 50% face a 2007 ([Quadro 6.1](#)).

Quadro 6.1 Esforço Financeiro do Estado (sem garantias)

Milhares de euros, excepto percentagens

Sectores	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas não Financeiras	810.506	643.297	167.209	26,0%
Comunicação Social	247.555	212.817	34.738	16,3%
Cultura	13.045	8.175	4.870	59,6%
Gestão de Infraestruturas	43.678	39.218	4.460	11,4%
Aéreas	307	1.688	(1.380)	-81,8%
Ferroviários	40.335	37.530	2.805	7,5%
Outras Infraestruturas	3.035	0	3.035	
Requalificação Urbana e Ambiental	60.457	0	60.457	
Saúde	106.619	149.741	(43.122)	-28,8%
Transportes	176.640	174.816	1.824	1,0%
Outros Sectores	162.512	58.531	103.981	177,7%
Empresas Públicas Financeiras	400.000	157.499	242.501	154,0%
Empresas Privadas	23.204	21.066	2.139	10,2%
Total	1.233.711	821.862	411.849	50,1%

Obs: Critério execução pelo OE e FRDP (excluindo Fundos)

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

6.1. Indemnizações Compensatórias / Subsídios

Não obstante o contexto de consolidação orçamental, as empresas de transportes urbanos de passageiros, a CP e a REFER beneficiaram todas de aumentos de subsídios que variaram entre 7 e 9,7% em 2008. No sector da cultura também se registou um aumento assinalável dos subsídios atribuídos, mais 3 M€ face ao exercício anterior.

No entanto, em termos globais, o montante de indemnizações compensatórias atribuídas às EPNF sofreu uma pequena redução, devido, essencialmente, à diminuição do montante concedido à RTP, em observância com o respectivo contrato, e à TAP e SATA, resultante da alteração do modelo de subsidiação das ligações aéreas às ilhas.

Quadro 6.1.1
Indemnizações Compensatórias/Subsídios

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas não Financeiras	387.566	392.388	-4.822	-1,2%
Comunicação Social	159.031	169.367	(10.336)	-6,1%
RTP	141.588	152.279	(10.691)	-7,0%
Lusa	17.443	17.089	355	2,1%
Gestão de Infra-estruturas	40.335	37.530	2.805	7,5%
<u>Infra-estruturas Ferroviárias</u>	40.335	37.530	2.805	7,5%
REFER	40.335	37.530	2.805	7,5%
Transportes Rodoviários	71.506	66.078	5.428	8,2%
Carris	52.100	48.623	3.477	7,2%
S.T.C.P.	19.405	17.455	1.951	11,2%
Transportes Ferroviários	71.516	65.206	6.310	9,7%
C.P.	32.365	30.024	2.341	7,8%
Metro de Lisboa	26.122	24.305	1.817	7,5%
Metro do Porto	13.029	10.877	2.152	19,8%
Transportes Fluviais	10.957	10.240	717	7,0%
Soflusa	4.516	4.221	295	7,0%
Transtejo	6.441	6.019	421	7,0%
Transportes Aéreos	20.161	33.291	(13.130)	-39,4%
SATA Internacional	9.523	14.261	(4.738)	-33,2%
SATA Air Açores	308	0	308	100,0%
TAP	10.330	19.030	(8.700)	-45,7%
Cultura	8.175	5.175	3.000	58,0%
Teatro Nacional de S. João, EPE	1.570	0	1.570	100,0%
OPART, EPE	4.489	0	4.489	100,0%
Teatro Nacional D. Maria II	2.116	5.175	(3.059)	-59,1%
Outros Sectores	5.885	5.500	385	7,0%
INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda	5.885	5.500	385	7,0%
Empresas Privadas	23.204	21.066	2.139	10,2%
Air Luxor	0	579	(579)	-100,0%
ATA	270	1.511	(1.241)	-82,2%
AERONORTE	417	0	417	100,0%
PORTUGÁLIA	14	729	(715)	-98,1%
BRISA	0	744	(744)	-100,0%
Fertagus	11.620	12.568	(948)	-7,5%
Rodoviária Lisboa	4.167	2.083	2.084	100,0%
Scotturb – Transportes Urbanos	61	30	30	100,0%
TST	2.810	1.379	1.430	103,7%
Vimeca	2.824	1.442	1.382	95,8%
PT	1.000	0	1.000	100,0%
Outros	23	0	23	100,0%
Total	410.770	413.454	(2.683)	-0,6%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

6.2. Dotações de Capital

Quadro 6.2.1
Dotações de Capital / Prémios de Emissão

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	381.190	250.909	130.281	51,9%
Comunicação Social	88.524	43.450	45.074	103,7%
RTP	88.524	43.450	45.074	
Gestão de Infra-estruturas	3.342	1.688	1.655	98,1%
Infra-estruturas Aéreas	307	1.688	(1.380)	-81,8%
ANAM	0	1.488	(1.488)	-100,0%
NAER	307	200	107	53,7%
Infra-estruturas Portuárias	3.035	0	3.035	100,0%
APDL	3.035	0	3.035	
Transporte	2.500	0	2.500	100,0%
Metro do Porto	2.500	0	2.500	
Cultura	4.870	3.000	1.870	62,3%
Teatro Nacional D. Maria II	1.370	0	1.370	100,0%
Teatro de São João	1.500	1.000	500	50,0%
OPART	2.000	2.000	0	0,0%
Saúde	106.619	149.741	(43.122)	-28,8%
Centro Hospitalar do Alto Ave	1.794	9.566	(7.772)	-81,2%
Centro Hospitalar de Coimbra	1.977	16.694	(14.717)	-88,2%
Centro Hospitalar de Lisboa Central	11.109	30.516	(19.407)	-63,6%
Centro Hospitalar Médio Ave	3.075	7.011	(3.936)	-56,1%
Centro Hospitalar do Porto	26.289	6.758	19.531	289,0%
Centro Hospitalar Póvoa Varzim/V. Conde	1.753	0	1.753	100,0%
Centro Hospitalar de Tâmega e Sousa	11.057	8.674	2.383	27,5%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes Alto Douro	8.370	21.618	(13.248)	-61,3%
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	12.009	22.758	(10.749)	-47,2%
Hospital Espírito Santo de Évora	2.737	14.477	(11.740)	-81,1%
Hospital de Faro	4.672	0	4.672	100,0%
Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca	1.200	0	1.200	100,0%
Hospitais da Universidade de Coimbra	5.241	0	5.241	100,0%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho	5.492	0	5.492	100,0%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo	3.538	0	3.538	100,0%
Unidade Local de Saúde da Guarda	2.981	0	2.981	100,0%
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano	3.325	11.669	(8.344)	-71,5%
Requalificação Urbana e Ambiental	34.057	0	34.057	100,0%
PARQUE EXPO	25	0	25	100,0%
Frente Tejo	5.000	0	5.000	100,0%
GaiaPolis	353	0	353	100,0%
PólisAlbufeira	268	0	268	100,0%
Polis Litoral Ria Formosa	14.175	0	14.175	100,0%
Polis Litoral Norte	13.833	0	13.833	100,0%
ViseuPolis	403	0	403	100,0%
Outros Sectores	141.127	53.031	88.096	166,1%
PARQUE ESCOLAR	89.942	1.400	88.542	6324,4%
ANCP	4.000	4.000	0	0,0%
GeRAP	4.500	6.000	(1.500)	-25,0%
EMA	19.000	41.631	(22.631)	-54,4%
Arsenal do Alfeite	16.200	0	16.200	100,0%
Sociedade Pereira Pinto	3	0	3	100,0%
Fundo Margueira	7.482	0	7.482	100,0%
Empresas Sediadas no Estrangeiro	150	0	150	100,0%
Portugal Venture Capital Initiative	150	0	150	
Empresas Públicas Financeiras	400.000	157.499	242.501	154,0%
SOFID (*)	0	7.499	(7.499)	-100,0%
CGD	400.000	150.000	250.000	166,7%
Total	781.190	408.408	372.782	91,3%

Obs: Critério execução pelo OE e FRDP (excluindo Fundos)

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Quanto às dotações de capital, o aumento global observado face ao exercício anterior foi no montante de 372,8 M€, explicado, sobretudo, pelos aumentos de capital da CGD (400 M€), da RTP (88,5 M€), em cumprimento do estabelecido no respectivo acordo de reestruturação financeira e da Parque Escolar (89,9 M€)¹⁸ relativo ao financiamento do programa de modernização das escolas.

6.3. Empréstimos

Os empréstimos do Estado às empresas do SEE visam cobrir necessidades de financiamento extraordinárias, e são concedidos às empresas públicas em circunstâncias excepcionais e em condições financeiras similares às do mercado (**Quadro 6.3.1**).

Relativamente a 2007, verificou-se um aumento significativo no recurso aos empréstimos concedidos às empresas públicas, conforme apresentado no quadro infra, essencialmente derivado a dois factores: à situação económico financeira das empresas associada a uma maior selectividade do mercado financeiro para concessão de financiamento e à necessidade de antecipar fundos de tesouraria por conta do recebimento de fundos comunitários e outras verbas orçamentais.

Quadro 6.3.1
Empréstimos

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	41.750	0	41.750	100,0%
Requalificação Urbana e Ambiental	26.400	0	26.400	100,0%
PROGRAMA POLIS				
Chaves Polis	2.600	0	2.600	100,0%
Costa Polis	2.900	0	2.900	100,0%
Gaia Polis	3.600	0	3.600	100,0%
Polis Albufeira	5.000	0	5.000	100,0%
Polis Guarda	2.000	0	2.000	100,0%
Setúbal Polis	1.000	0	1.000	100,0%
Viana Polis	3.700	0	3.700	100,0%
Viseu Polis	5.600	0	5.600	100,0%
Outros Sectores	15.350	0	15.350	100,0%
ENVC	8.000	0	8.000	100,0%
EMA	3.850	0	3.850	100,0%
SIMAB	3.500	0	3.500	100,0%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

¹⁸ Dotação em espécie, mediante transferência de imóveis afectos à actividade da empresa.

6.4. Assunção de Passivos e de Responsabilidades

A assunção de passivos e de responsabilidades tem vindo a ser admitida no contexto de planos estratégicos de reestruturação e de saneamento financeiro ou no âmbito de processos de liquidação. No exercício de 2008, o Estado assumiu passivos e outras responsabilidades no decurso de processos de liquidação de empresas integrantes do SEE no montante total de 70,0 M€, valor superior ao observado no ano transacto em cerca de 19%.

Quadro 6.4.1

Assunção de Passivos e de Outras responsabilidades financeiras

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	70.006	58.777	11.229	19,1%
BragançaPolis, SA (em liquidação)	1.743	0	1.743	
Casa da Música Porto 2001 (em liquidação)	22.817	15631	7.186	46,0%
Gestnave, SA (em liquidação)	45.446	43146	2.300	5,3%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

6.5. Garantias Prestadas

Em 2008 foram concedidas garantias do Estado a operações financeiras de empresas públicas no montante de cerca de 3.718,5 M€, as quais beneficiaram empréstimos contraídos por empresas públicas não financeiras, integradas no sector dos transportes e na gestão de infra-estruturas, bem como, empresas públicas financeiras, tais como a CGD e o BPN.

A garantia concedida à CGD inseriu-se no âmbito da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, que, ao abrigo da Iniciativa para o Reforço da Estabilidade Financeira, aprovou o regime jurídico aplicável à concessão de garantias pessoais do Estado às instituições de crédito sedeadas em Portugal, tendo em vista contrariar os efeitos da crise financeira internacional, restabelecer a confiança dos agentes económicos e o normal funcionamento dos mercados. O valor total da emissão obrigacionista da CGD, colocada por um sindicato bancário composto pelo Barclays Capital, BNP Paribas, Caixa BI, HSBC, DZBank, LBBW, BES, MillenniumBCP e BPI, em 5 de Dezembro de 2008, fixou-se em M€ 1 250.

Quanto à garantia concedida a uma emissão de papel comercial do BPN, esta teve enquadramento na Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, que procedeu à nacionalização da

totalidade das acções representativas do capital social do BPN, com a finalidade de assegurar o financiamento de todas as necessidades de tesouraria do BPN decorrentes das responsabilidades pecuniárias assumidas na sequência dos apoios de liquidez prestados no contexto da nacionalização, bem como, nessa medida, a permitir o desenvolvimento da actividade bancária normal do BPN.

Relativamente a 2007, observou-se um aumento significativo do montante envolvido nas operações garantidas, conforme apresentado no quadro infra, em grande medida explicado pelas EPF.

Quadro 6.5.1
Garantias Concedidas

Milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2007	Variação	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	903.500	611.180	292.320	47,8%
Gestão de Infra-estruturas	293.500	56.180	237.320	422,4%
Infra-estruturas Ferroviárias	200.000	0	200.000	100,0%
REFER	200.000	0	200.000	100,0%
Outras Infra-estruturas	93.500	56.180	37.320	66,4%
EDIA	93.500	56.180	37.320	66,4%
Serviços de Utilidade Pública	100.000	0	100.000	100,0%
AdP	100.000	0	100.000	100,0%
Transportes	460.000	555.000	(95.000)	-17,1%
MP	60.000	0	60.000	100,0%
ML	400.000	400.000	0	100,0%
STCP	0	100.000	(100.000)	-100,0%
TRANSTEJO	0	55.000	(55.000)	-100,0%
Outros Sectores	50.000	0	50.000	100,0%
IHRU	50.000	0	50.000	100,0%
Empresas Públicas Financeiras	2.815.000	0	2.815.000	100,0%
CGD	2.000.000	0	2.000.000	100,0%
BPN	815.000	0	815.000	100,0%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

As garantias concedidas às EPNF visaram facilitar ou criar melhores condições financeiras na obtenção de fundos nos mercados financeiros, tendo em vista o financiamento de planos de investimento das empresas públicas, de elevado montante e duração, nomeadamente com a construção/beneficiação de infra-estruturas e com a aquisição de equipamentos de transporte público, como no caso da REFER e do Metropolitano de Lisboa.

No caso da EDIA, o empréstimo beneficiário da garantia do Estado destinou-se ao financiamento parcial do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.

No final de 2008, as responsabilidades assumidas pelo Estado por garantias prestadas a empréstimos contraídos por empresas do SEE atingia o montante de 9.881 M€, como resulta da análise do [Quadro 6.5.2](#).

Quadro 6.5.2

Total das Garantias Prestadas pelo Estado a Empresas Participadas (Stock das responsabilidades assumidas)

Milhares de euros, excepto percentagens

Beneficiária	Em 31-12-2008	Em 31-12-2007	Variação	
			Absoluta	%
1 - Empresas Públicas Não Financeiras	9.880.642	9.212.848	667.794	7,2%
Gestão de Infra-estruturas	3.443.351	3.245.696	197.655	6,1%
Infra-estruturas Aéreas	157.220	207.763	(50.543)	-24,3%
ANAM	157.220	207.763	(50.543)	
Infra-estruturas Ferroviárias	2.671.972	2.511.222	160.750	6,4%
REFER	2.671.972	2.511.222	160.750	
Infra-estruturas Portuárias	36.411	38.997	(2.586)	-6,6%
APA	29.524	30.000	(476)	-1,6%
APS	6.887	8.997	(2.110)	-23,5%
Outras Infra-estruturas	577.748	487.714	90.034	18,5%
EDIA	577.748	487.714	90.034	
Indústria	13.467	20.949	(7.482)	-35,7%
Lisnave	0	7.482	(7.482)	-100,0%
SPE	13.467	13.467	0	0,0%
Requalificação Urbana e Ambiental	147.772	147.772	0	0,0%
Parque Expo 98	147.772	147.772	0	0,0%
Serviços de Utilidade Pública	723.294	624.752	98.542	15,8%
AdP	720.000	620.000	100.000	16,1%
PT	3.294	4.752	(1.458)	-30,7%
Transportes	5.543.788	5.163.480	380.308	7,4%
CARRIS	405.000	405.000	0	0,0%
CP	725.451	733.702	(8.251)	-1,1%
MP	1.024.813	970.514	54.299	5,6%
ML	3.124.524	2.784.549	339.975	12,2%
STCP	209.000	214.715	(5.715)	-2,7%
TRANSTEJO	55.000	55.000	0	0,0%
Outros Sectores	216	10198	(9.982)	-97,9%
GESTNAVE	0	9.982	(9.982)	-100,0%
Imobiliária Grão-Pará	216	216	0	0,0%
Empresas Sediadas no Estrangeiro	8.754	11.896	(3.142)	-26,4%
HCB	8.754	11.896	(3.142)	
2 - Empresas Públicas Financeiras	2.065.870	1.365	2.064.505	151245,8%
BPN	815.000	0	815.000	100,0%
CGD	1.250.870	1.365	1.249.505	91538,8%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

O Estado presta, ainda, garantia, no quadro do Código das Expropriações, ficando com o direito de regresso sobre a entidade expropriante quando, em execução daquela garantia, satisfaça o pagamento da indemnização devida. Neste âmbito, o Estado procedeu no exercício de 2008 ao pagamento de indemnizações por expropriação devidas pela sociedade VianaPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, S.A., no valor de € 5.408.282,39.

6.6. Transmissão de Património de Sociedades Extintas

A DGTF assegurou, no exercício de 2008, o acompanhamento dos processos de liquidação de 25 sociedades integrantes do SEE¹⁹, tendo-se procedido ao encerramento, naquele ano, de 6 processos de liquidação, e à consequente transição para o Estado, em sede de partilha, do património residual da liquidação de 5 das sociedades extintas:

Quadro 6.6.1
Património transmitido de sociedade extintas em 2008

Unidade: euros

Balanço	Portugal Vela 2007, SA	Polis Matosinhos, SA	Casa da Música/Porto 2001, SA	Gestnave - Prest. Serv. Industriais, SA	PEC-Prod. Pecúários Portugal SGPS	Total
Activo						
Disponibilidades	277.647	45.602	755.338	1.720.145	3.324.321	6.123.053
Imobilizado	46.807		7.933.086		2.130	7.982.023
Créditos sobre Terceiros		20.704	1.486.122	359.063	211.995	2.077.884
Investimentos Financeiros				135.021	1.134.234	1.269.255
	324.454	66.306	10.174.546	2.214.229	4.672.680	17.452.215
Passivo						
Dívidas a Terceiros				274.137.767	8.177	274.145.944
das quais: ao Estado				274.137.767		274.137.767
Responsabilidades Contingentes			20.201.019	271.040		20.472.059
	0	0	20.201.019	274.408.807	8.177	294.609.826

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Fonte: Documentos de prestação das contas finais de liquidação e partilha.

O activo transmitido para o Estado ascendeu a cerca de 17,5 M€, sendo constituído na sua maioria pelos imóveis da Casa da Música/Porto 2001. Por sua vez, o passivo e responsabilidades contingentes das entidades extintas cifrou-se em cerca de 295 M€, respeitando fundamentalmente (cerca de 93%) à dívida da Gestnave perante o Estado resultante de financiamentos concedidos, designadamente para cumprimento das obrigações assumidas no quadro do Plano Social acordado no âmbito do Protocolo de Acordo celebrado entre o Estado e o Grupo Melo, em 1997.

¹⁹ 16 das quais correspondem a sociedades constituídas no quadro do Programa Polis.

Destaca-se, igualmente, o passivo e responsabilidades contingentes da Casa da Música/Porto 2001, avaliados em cerca de 20 M€, cujo valor resulta essencialmente de correcções financeiras efectuadas nas participações de fundos comunitários concedidas àquela Sociedade.

6.7. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário

O montante global dos dividendos pagos ao Estado pelas empresas públicas registou um ligeiro acréscimo, determinado, essencialmente, pelo sector público financeiro, cujos acréscimos face ao exercício anterior superaram a quebra verificada nas EPNF.

Quadro 6.7.1
Dividendos / Remunerações do Capital Estatutário

Milhares de Euros

	2008	2007	Variação 2008/2007	
			Absoluta	%
Empresas Públicas Não Financeiras	117.953	254.089	(136.136)	-53,6%
Gestão de Infra-estruturas	18.787	119.067	(100.280)	-84,2%
Aéreas	14.915	16.323	(1.408)	84,2%
ANA	6.090	11.800	(5.710)	84,2%
NAV	8.825	4.523	4.302	95,1%
Portuárias	3.872	4.145	(272)	-6,6%
APDL	2.381	2.429	(48)	-2,0%
APSS	1.206	0	1.206	100,0%
APL	711	0	711	100,0%
APS	1.491	1.716	(224)	100,0%
Outras	0	98.599	(98.599)	-100,0%
HCB	0	83.078	(83.078)	-100,0%
REN	0	15.521	(15.521)	-100,0%
Serviços de Utilidade Pública	46.556	29.911	16.645	55,6%
CTT	46.556	19.819	26.737	134,9%
GALP	0	10.091	(10.091)	-100,0%
PARPÚBLICA	52.000	104.280	(52.280)	-50,1%
Indústria	610	832	(222)	-26,6%
LISNAVE	166	59	107	180,0%
EDM	444	773	(328)	-42,5%
Empresas Públicas Financeiras	272.000	208.000	64.000	30,8%
CGD	272.000	208.000	64.000	30,8%
Total Empresas Públicas	389.953	462.089	(72.136)	-15,6%
Outras Entidades Públicas Financeiras	169.074	94.238	74.836	79,4%
Banco de Portugal	169.074	94.238	74.836	79,4%
Total Empresas Públicas	559.027	556.327	2.700	0,5%

Obs: Valores entregues ao Tesouro em cada ano indicado

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

6.8. Receitas geradas por privatizações

O acompanhamento e execução do processo de reprivatização das empresas do Estado continuou a ser assegurado pela PÁRPUBLICA, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 290/99 de 30 de Julho.

Em 2008 não existiram novos processos de reprivatização, apenas tendo-se registado os movimentos de acertos correspondentes à da 1.ª fase de privatização da REN.

Quadro 6.8.1
Esforço Financeiro do Estado
Operações de Reprivatização* - Receitas

Milhares de euros

Operações realizadas em 2008	Receita Líquida Gerada	Destino da Receita Líquida FRDP, via DGTF
REN (1.ª fase - acerto)	157	157
TOTAL	157	157

(*) Operações das quais resulta a transferência da propriedade do Estado para o sector privado

Conforme se evidencia no **Quadro 6.8.2**, o saldo de disponibilidades de receitas de privatizações, em 2008, ascendiam a 857 M€, resultante particularmente do saldo transitado de 2007 e de outras receitas, nomeadamente as aplicações em títulos de dívida de curto prazo que em 2008 atingiu o montante de 374 M€.

Do montante aplicado, 55% das receitas líquidas destinou-se à redução de dívida pública e 44% a aplicações no sector produtivo.

Quadro 6.8.2 Aplicações das Receitas de Privatização

Milhares de euros

	2008	2007
Montante disponível	856.609	5.756.722
Saldo de exercícios anteriores	470.577	375.659
Receitas de privatizações	157	1.400.260
Outras receitas (líquidas)	11.864	16.983
Venda de Títulos	374.010	3.963.820
Montante aplicado	855.905	5.286.146
Aplicações no sector produtivo	376.935	195.138
Acréscimo de títulos da dívida pública *	8.500	4.336.330
Redução de dívida pública	470.452	754.494
Outros	19	184
Saldo para o ano seguinte	704	470.577
Aplicações no sector produtivo	449	1
Redução de dívida pública	255	470.576

* O saldo de aplicações em títulos de curto prazo no final de 2008 era de 7.000 mil euros

Para mais informação consultar o Relatório do FRDP de 2008 no sítio da internet do IGCP
(www.igcp.pt)

Fonte: Fundo de Regularização da Dívida Pública

7. PESO DO SEE NA ECONOMIA

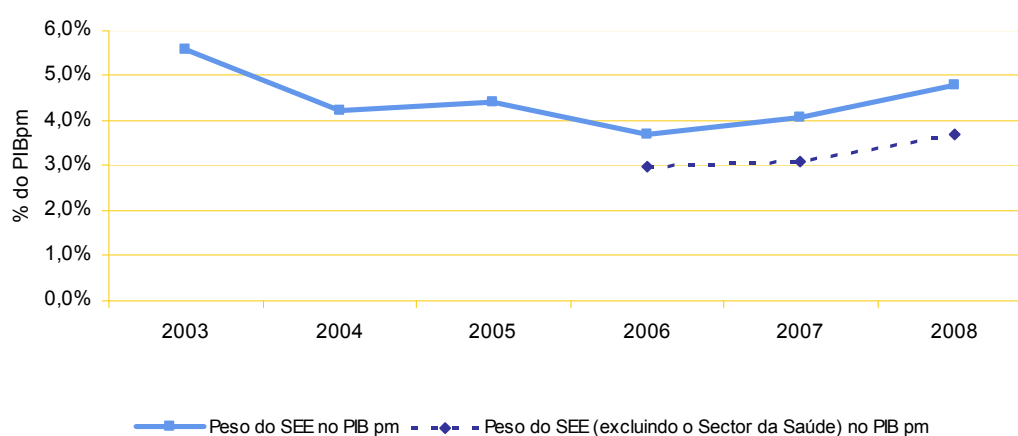
No presente ponto é apresentada uma breve análise do peso do SEE na economia, através da evolução verificada nos últimos anos, tanto em termos de criação de valor, medido através do rácio VAB_{pm}/PIB_{pm} , como em termos de emprego, medido através do rácio Emprego SEE/Total do Emprego na economia.

Saliente-se que, devido a alterações no universo considerado e à revisão dos valores do PIB pelo INE, os valores agora publicados não são comparáveis com os apurados em relatórios divulgados em anos anteriores. No que respeita, por exemplo, ao emprego, a inclusão de novas empresas do sector da saúde afecta significativamente a comparabilidade, face a relatórios anteriores. Deverá ser igualmente levado em consideração que o VAB utilizado ao longo do presente ponto se encontra valorizado a preços de mercado, diferindo do utilizado nos restantes pontos, que se encontra valorizado a custo de factores.

7.1. Peso no Produto Interno Bruto

O peso do SEE na economia medido pelo rácio $VAB_{pm}SEE / PIB_{pm}$ registou em 2008 um aumento de 0,7 p.p., de 4,1% para 4,8% (**Gráfico 7.1.1**), justificado essencialmente pelo crescimento do VAB_{pm} das Empresas Públicas Não Financeiras, com destaque para a Estradas de Portugal.

Gráfico 7.1.1
Peso do SEE no PIBpm

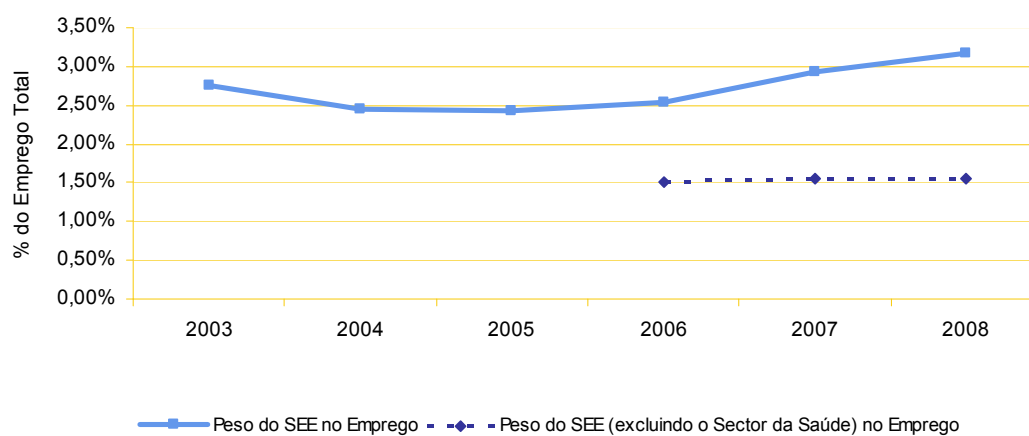


Por outro lado, importa referir que, quanto ao contributo das novas empresas do sector da saúde, a alteração da forma jurídica desses estabelecimentos hospitalares não implicou um efectivo reforço do peso do Estado na economia, mas sim uma deslocação de meios materiais e humanos do Sector Público Administrativo para o SEE.

7.2. Emprego

O número médio de trabalhadores do SEE revelou um crescimento de 8,93% relativamente ao exercício anterior, o que explica o reforço da importância relativa do SEE medida pelo rácio $EmpregoSEE / EmpregoTotal$ que passou de 2,92% para 3,17%. Excluindo o sector da saúde, o acréscimo de emprego no SEE em 2008 é de apenas 0,98%, assumindo o seu peso no emprego global uma menor expressão.

Gráfico 7.2.1
Peso do SEE no Emprego



Caso não se considere o sector da saúde, o peso do emprego do SEE na economia seria de apenas 1,61%, o que traduz um esforço de contenção de efectivos que vem sendo prosseguida de forma continuada nas principais EPNF e apesar dos reforços de efectivos de algumas sociedades (TAP e AICEP, por exemplo).

8. ANEXOS

8.1. Empresas Públicas em 2007 e 2008

Euros, excepto percentagens

EMPRESAS	Participação DGTF					
	2008			2007		
	Valor Nominal	Global	%	Valor Nominal	Global	%
1. Empresas Públicas não Financeiras	9.082.975.145			8.868.515.673		
1.1. Comunicação Social	831.643.340			758.668.965		
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	2.670.000		50,1%	2.670.000		50,1%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA	828.973.340		100,0%	755.998.965		100,0%
1.2. Cultura	7.500.000			8.157.000		
Teatro Nacional D. Maria II, EPE	1.000.000		100,0%	5.157.000		100,0%
Teatro Nacional S. João, EPE	2.500.000		100,0%	1.000.000		100,0%
OPART - Org. Produção Artística, EPE	4.000.000		100,0%	2.000.000		100,0%
1.3. Gestão de Infra-estruturas	1.192.302.050			1.188.959.570		
1.3.1. Infra-estruturas Aéreas	100.022.000			99.714.520		
ANA - Aeroportos de Portugal, SA	62.889.520		31,4%	62.889.520		31,4%
ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea Madeira, SA	6.750.000		10,0%	6.750.000		10,0%
EDAB - Empresa de Desenv. do Aeroporto de Beja, SA	3.300.000		82,5%	3.300.000		82,5%
NAER - Novo Aeroporto, SA	2.082.480		5,6%	1.775.000		5,6%
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, EPE	25.000.000		100,0%	25.000.000		100,0%
1.3.2. Infra-estruturas Ferroviárias	306.700.000			306.700.000		
Rave - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA	1.500.000		60,0%	1.500.000		60,0%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP	305.200.000		100,0%	305.200.000		100,0%
1.3.3. Infra-estruturas Portuárias	235.035.000			232.000.000		
APA - Admn. Porto Aveiro, SA	30.000.000		100,0%	30.000.000		100,0%
APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA	51.035.000		100,0%	48.000.000		100,0%
APL - Administração do Porto de Lisboa, SA	60.000.000		100,0%	60.000.000		100,0%
APS - Administração do Porto de Sines, SA	80.000.000		100,0%	80.000.000		100,0%
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA	14.000.000		100,0%	14.000.000		100,0%
1.3.4. Infra-estruturas Rodoviárias	200.000.000			200.000.000		
EP - Estradas de Portugal, SA	200.000.000		100,0%	200.000.000		100,0%
1.3.5. Outras Infra-estruturas	350.545.050			350.545.050		
Docapesca - Portos e Lotas, SA	8.528.400		100,0%	8.528.400		100,0%
EDIA - Empresa de Desenv. Infraest. Alqueva, SA	291.507.750		100,0%	291.507.750		100,0%
SIMAB - Soc.Inst. Mercados Abastecedores, SA	50.508.900		100,0%	50.508.900		100,0%
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	93.618.636			90.866.000		
CostaPolis - Soc. Desenv. Prog. Polis na Costa de Caparica, SA	19.155.886		60,0%	12.600.000		60,0%
Frente Tejo, SA	5.000.000		100,0%	0		0,0%
Parque Expo 98, SA	32.454.750		99,4%	65.436.000		99,1%
Polis Litoral Ria Formosa, SA	14.175.000		63,0%	0		0,0%
Polis Litoral Norte, SA	13.833.000		53,0%	0		0,0%
SetúbalPolis - Soc. Desenv. Progr. Polis em Setúbal, SA	0		60,0%	3.830.000		60,0%
VianaPolis - Soc. Desenv. Progr. Polis em Viana do Castelo, SA	9.000.000		60,0%	9.000.000		60,0%

(continua)

Euros, excepto percentagens

EMPRESAS	Participação DGTF					
	2008			2007		
	Valor Nominal	Global	%	Valor Nominal	Global	%
1.5. Saúde	1.506.260.000		100,0%	1.389.641.000		
Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE	19.950.000		100,0%	19.950.000		100,0%
Centro Hospitalar de Coimbra, EPE	18.671.000		100,0%	16.694.000		100,0%
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	71.555.000		100,0%	60.446.000		100,0%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	126.860.000		100,0%	126.860.000		100,0%
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	54.930.000		100,0%	44.930.000		100,0%
Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	49.938.000		100,0%	41.568.000		100,0%
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE	34.767.000		100,0%	22.758.000		100,0%
Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE	41.290.000		100,0%	39.496.000		100,0%
Centro Hospitalar do Alto Minho, EPE	0		0,0%	29.930.000		100,0%
Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, EPE	0		0,0%	39.950.000		100,0%
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE	29.950.000		100,0%	29.950.000		100,0%
Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE	20.066.000		100,0%	16.991.000		100,0%
Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE	29.930.000		100,0%	29.930.000		100,0%
Centro Hospitalar do Nordeste, EPE	34.940.000		100,0%	34.940.000		100,0%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	112.837.000		100,0%	86.548.000		100,0%
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE	49.661.000		100,0%	38.604.000		100,0%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	162.930.000		100,0%	0		0,0%
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	1.753.000		100,0%	0		0,0%
Hospitais da Universidade de Coimbra, EPE	5.241.000		100,0%	0		0,0%
Hospital de Faro, EPE	4.672.000		100,0%	0		0,0%
Hospital de Santa Maria, EPE	0		0,0%	133.000.000		100,0%
Hospital de São João, EPE	112.000.000		100,0%	112.000.000		100,0%
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	19.950.000		100,0%	19.950.000		100,0%
Hospital Distrital de Santarém, EPE	29.930.000		100,0%	29.930.000		100,0%
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE	17.214.000		100,0%	14.477.000		100,0%
Hospital Garcia da Orta, EPE	49.880.000		100,0%	49.880.000		100,0%
Hospital Infante D. Pedro, EPE	29.930.000		100,0%	29.930.000		100,0%
Hospital Nossa Senhora do Rosário, EPE	29.930.000		100,0%	29.930.000		100,0%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	1.200.000		100,0%	0		0,0%
Hospital Pulido Valente, EPE	0		0,0%	29.930.000		100,0%
Hospital Santa Maria Maior, EPE	9.980.000		100,0%	9.980.000		100,0%
Hospital Santo André, EPE	29.930.000		100,0%	29.930.000		100,0%
Hospital São Sebastião, EPE	29.930.000		100,0%	29.930.000		100,0%
Hospital São Teotónio, EPE	39.900.000		100,0%	39.900.000		100,0%
IPO - Coimbra, EPE	19.950.000		100,0%	19.950.000		100,0%
IPO - Lisboa, EPE	49.880.000		100,0%	49.880.000		100,0%
IPO - Porto, EPE	39.900.000		100,0%	39.900.000		100,0%
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	2.981.000		100,0%	0		0,0%
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	29.930.000		100,0%	29.930.000		100,0%
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	35.422.000		100,0%	0		0,0%
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	43.488.000		100,0%	0		0,0%
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	14.994.000		100,0%	11.669.000		100,0%

(continua)

Euros, excepto percentagens

EMPRESAS	Participação DGTF					
	2008			2007		
	Valor Nominal	Global	%	Valor Nominal	Global	%
1.6. Serviços de Utilidade Pública	125.656.410			125.656.410		
AdP - Águas de Portugal, SA	38.331.410		8,8%	38.331.410		8,8%
CTT - Correios de Portugal, SA	87.325.000		100,0%	87.325.000		100,0%
1.7. Transportes	2.898.818.020			2.896.318.020		
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	163.532.270		100,0%	163.532.270		100,0%
CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP	1.995.317.000		100,0%	1.995.317.000		100,0%
Metro do Mondego, SA	569.750		53,0%	569.750		53,0%
Metro do Porto, SA	3.000.000		40,0%	500.000		10,0%
Metro - Metropolitano de Lisboa, EP	603.750.000		100,0%	603.750.000		100,0%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	79.649.000		100,0%	79.649.000		100,0%
TRANSTEJO - Transportes do Tejo, SA	53.000.000		100,0%	53.000.000		100,0%
1.8. Parpública	2.000.000.000			2.000.000.000		
Parpública-Participações Públicas, SGPS, SA	2.000.000.000		100,0%	2.000.000.000		100,0%
1.9. Outros Sectores	427.176.688			410.248.709		
AICEP, EPE (ex-API, EPE)	114.927.980		100,0%	110.000.000		100,0%
ANCP - Agência Nacional de Compras Públicas, EPE	8.000.000		100,0%	8.000.000		100,0%
EGREP - Entid.Gest.Reservas Estraté. Prod.Petrolif., EPE	250.000		100,0%	250.000		100,0%
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA	30.000.000		100,0%	30.000.000		100,0%
EMA - Empresa de Meios Aéreos, SA	66.000.000		100,0%	54.000.000		100,0%
EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA	141.875.000		100,0%	141.875.000		100,0%
ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA	1.618.400		20,2%	1.618.400		20,2%
FRME - Fundo para Revit. Modern.Tecido Emp., SGPS, SA	46.971.559		89,8%	46.971.559		89,8%
GeRAP-Emp. Gestão Parp. Recur. Da Adm. Pública, EPE	12.000.000		100,0%	12.000.000		100,0%
INOVCAPITAL, SA (ex-PME Capital, SA)	4.133.750		15,0%	4.133.750		15,0%
Parque Escolar, EPE	1.400.000		100,0%	1.400.000		100,0%
2. Empresas Públicas Financeiras	3.510.132.750			3.110.132.750		
Caixa Geral de Depósitos, SA	3.500.000.000		100,0%	3.100.000.000		100,0%
SOFID - Soc. Para o Financ. Desenv. Inst. Financ. Créd. SA	5.999.000		60,0%	5.999.000		60,0%
PME Investimento, SA	4.133.750		15,0%	4.133.750		15,0%
3. Total	12.593.107.895			11.978.648.423		

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

8.2. Outras Participações (carteira acessória)

Euros, excepto percentagens

Empresas	Participação DGTf			
	2008		2007	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
Empresas Públicas não Financeiras	20.127.112		22.126.210	
Indústria	11.968.270		11.967.804	
Companhia Minas de Penedono, SA	74.820	25,0%	74.820	25,0%
DECOVIZ-Produtos de Decoração, Ldª	4.988	1,7%	4.988	1,7%
DILOP-Alimentos do Sul, SA	58.800	19,6%	58.800	19,6%
DILOP-Charcutaria Cozidos e Fumados, SA	31.355	19,6%	31.355	19,6%
DILOP-Produtos Alimentares, SA	1.772.200	19,6%	1.772.200	19,6%
DILOP-Transportes, AS	64.915	19,6%	64.915	19,6%
EFACEC - Int. Financing, SGPS, SA	38.174	5,0%	38.174	5,0%
Lisnave-Estaleiros Navais, SA	148.330	3,0%	148.330	3,0%
Metalurgia Casal,AS	10	0,0%	10	0,0%
Sociedade Aguas da Curia,SA	160	0,0%	160	0,0%
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE,SA	8.113.415	81,1%	8.112.949	81,1%
Sociedade Têxtil da Cuca, SA	650.182	5,9%	650.182	5,9%
TEVITOM-Confeccções de vestuário,Ldª.	4.988	0,4%	4.988	0,4%
TEVIZ-Têxtil de Vizela,SA	1.005.934	6,8%	1.005.934	6,8%
Outros Sectores	8.158.841		10.158.405	
AMBELIS-Agência p/Modernização Económica de Lisboa,SA	0	0,0%	2.740	1,4%
Caso-Centro de Abate de Suínos do Oeste, Ldª	293.293	19,6%	293.293	19,6%
CIMPOFIM-Projectos Técnicos e Financeiros,SA	648.435	18,7%	648.435	18,7%
CNEMA- Centro Nacion. Expos. Mercados Agrícolas,SA	30.000	0,9%	30.000	0,9%
Comp. Cervejas Estrela, SA	187	0,0%	0	0,0%
Comundo-Consortio Mundial Export. Importação, SA	18	0,0%	18	0,0%
Coop. Armadores Navios Pesca Bacalhau, SARL	1.606	53,7%	1.606	53,7%
Coop. Cultural Recreativa Gafanha da Nazaré,CRL	1	0,0%	1	0,0%
ENI - Gestão de Planos Sociais, SA	200.000	100,0%	0	0,0%
EUT-Empreendimentos Urbanos e Turismo,SA	69.133	24,1%	69.133	24,1%
Gestinsua-Aquisições Alienações Patrim.Imob. Mobil.,SA	8.750	17,5%	8.750	17,5%
Imobiliária Construtora Grão-Pará,SA	20	0,0%	20	0,0%
MANTERO-Agricultura e Comércio Internacional,SA	0	0,0%	2.197.300	43,5%
Martins & Rebelo - Ind. Lácteas e Alimentares,SA	4.651.804	37,3%	4.651.804	37,3%
Matur-Soc. de Empreendim. Turísticos da Madeira,SA	20	0,0%	20	0,0%
Metanova-Comércio e Gestão de Imóveis,SA	37.410	10,0%	37.410	10,0%
NET-Novas Empresas e Tecnologias,SA	17.430	7,4%	17.430	7,4%
PROPNERY - Propriedades e Equipamentos, SA	2.118.255	43,7%	2.118.255	43,7%
SANJIMO - Soc. Imobiliária SA	4.930	8,0%	4.930	8,0%
Soc. Imagem Real, Ld.ª	288	0,0%	0	0,0%
Sociedade Pereira Pinto,Ldª-Farmácia Central de Carcavelos	1.895	95,0%	1.895	95,0%
Sociedade Turística da Penina,SA	15	0,0%	15	0,0%
Sonagi-Soc. Nacional Gestão Investimento,SA	500	0,0%	500	0,0%
SPIDOURO-Soc. Prom. Inv. Douro Trás-os-Montes SA	74.850	8,3%	74.850	8,3%
ZON Multimédia, SGPS, SA	1	0,0%	0	0,0%
Empresas Públicas Financeiras	380.000.000			
Banco Português de Negócios, SA**	380.000.000	100,0%	0	0,0%
Empresas Sediadas na Estrangeiro	113.025.515		101.751.687	
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SARL	100.247.271	15,0%	101.456.109	15,0%
Portugal Venture Capital Initiative, SA	12.500.000	11,2%	0	0,0%
FICREM-Fundo Inv. Capital de Risco Emp. Moçambique ***	122.399	5,1%	129.337	5,1%
IPE MACAU-Invest. e Participações Empresarias,SARL***	89.054	100,0%	94.995	100,0%
WTC MACAU - World Trade Center Macau,SARL***	66.791	2,5%	71.246	2,5%
Total	513.152.626		123.877.896	

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

(*) Empresas nas quais a posição accionista do Estado não lhe confere uma posição de influência dominante na gestão - empresas participadas. Incluem-se também empresas, que embora detidas maioritariamente, a sua manutenção na posse do Estado é encarada como transitória.

(**) Empresa nacionalizada em Novembro de 2008 através da Lei nº 62-A/2008 de 11 de Novembro.

(***) Foi considerado o câmbio a 31.12.2008

8.3. Empresas em liquidação

Euros, excepto percentagens

Empresas	Participação DGTF			
	2008		2007	
	Valor Nominal Global	%	Valor Nominal Global	%
ANOP, Agência Noticiosa Portuguesa, EP	1.241.383	0,0%	1.241.383	0,0%
Ambelis-Agência p/Modernização Económica de Lisboa, SA	2.740	1,4%	2.740	1,4%
AveiroPolis-Soc.Desenvolv.Programa Polis em Aveiro, SA	5.700.000	60,0%	5.700.000	60,0%
BragançaPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Bragança, SA	3.591.600	60,0%	3.591.600	60,0%
CacémPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Cacém, SA	9.375.000	60,0%	9.375.000	60,0%
Casa da Música/Porto 2001, SA	0	0,0%	36.344.996	86,9%
ChavesPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Chaves,SA	1.122.000	60,0%	1.122.000	60,0%
CoimbraPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Coimbra,SA	6.000.000	60,0%	6.000.000	60,0%
COPENAVE-Coop.Abastecedora de Navios, CRL*	1.011	0,0%	1.011	0,0%
GaiaPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Gaia,SA	5.778.000	60,0%	5.778.000	60,0%
GESTNAVE-Prestaç. de Serv. Indust.,SA	0	0,0%	200.000	100,0%
LeiriaPolis-Soc. Desenv. Programa Polis Leiria,SA	0	0,0%	7.500.000	60,0%
Messa-Indústria de Precisão,SA*	199.519	40,0%	199.519	40,0%
PEC-Produtos Pecuários de Portugal, SGPS, SA	0	0,0%	36.646.345	100,0%
PEC Tejo - Ind. Produtos Pecuários de Lisboa e Setúbal, SA	14.000.000	94,3%	0	0,0%
PolisAlbufeira-Soc.Des.Progr.Polis em Albufeira, SA	5.100.000	60,0%	5.100.000	60,0%
PolisCastelo Branco-Soc.Des.Progr.Polis Castelo Br., SA	5.880.000	60,0%	5.880.000	60,0%
PolisCovilhã-Soc.Desenv.Progr. Polis na Covilhã, SA	4.591.000	60,0%	4.591.000	60,0%
PolisGuarda-Soc.Desenvolv.Progr.Polis na Guarda, SA	4.725.000	60,0%	4.725.000	60,0%
PolisMatosinhos-Soc.Des.Progr.Polis Matosinhos, SA	0	0,0%	3.000.000	60,0%
PolisVila do Conde-Soc. Des. Pr. Polis em Vila Conde, SA	4.800.000	60,0%	4.800.000	60,0%
PolisVila Real-Soc. Des. Progr. Polis em Vila Real, SA	4.650.000	60,0%	4.650.000	60,0%
SetúbalPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Setúbal, SA	3.830.000	60,0%	0	0,0%
Silopor-Empresa Silos Portuários, SA	46.388.204	100,0%	46.388.204	100,0%
SilvesPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Silves, SA	748.000	60,0%	748.000	60,0%
Sociedade Portugal Vela 2007, SA	0	0,0%	375.000	75,0%
TomarPolis-Soc.Desenvolv.Progr.Polis em Tomar, SA	1.459.000	60,0%	1.459.000	60,0%
ViseuPolis-Soc.Desenvolv.Progr.Polis em Viseu, SA	9.600.000	60,0%	9.600.000	60,0%
Total	138.782.457		205.018.798	

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

* Liquidações não acompanhadas pela DGTF

8.4. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2008

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas						SOMA	Outras Infraestruturas	SOMA	Requalificação Urbana e Ambiental	Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	Total
			Transportes															
			Infraest. Aéreas	Infraest. Portuárias	Infraest. Ferroviárias	Infraest. Rodoviárias												
Custos e Perdas																		
Cust. merc. vend. e mat.cons.	101.219	93	2.401	2.018	17.637	0	22.056	3.456	25.512	4.160	1.142.137	42.054	58.934	298.617	60.522	1.733.247		
Fornecim. e serviços externos	58.414	14.889	141.450	34.600	110.760	66.621	353.431	87.599	441.030	19.607	593.752	496.873	336.818	1.786.038	207.938	3.955.358		
Custos c/ pessoal	123.369	19.727	245.168	57.587	114.652	60.726	478.133	22.439	500.573	14.178	2.126.979	563.391	397.319	725.053	70.508	4.541.096		
Amortiz., Prov. e Ajustamentos	18.796	1.228	98.919	57.780	6.430	414.797	577.926	20.118	598.044	9.895	154.345	262.794	206.926	354.146	43.233	1.649.407		
Impostos	0	0	0	0	0	0	0	759	759	1.887	0	11.630	144		1.417	15.837		
Outros custos operacionais	5.200	749	21.394	9.388	14.292	5.508	50.582	1.213	51.795	169	4.081	5.644	70.009	51.261	9.362	198.270		
Custos Operacionais	306.998	36.686	509.332	161.373	263.771	547.652	1.482.129	135.584	1.617.713	49.896	4.021.293	1.382.385	1.070.151	3.215.115	392.980	12.093.216		
Custos e perdas financeiros	62.258	25	42.225	6.831	259.456	32.117	340.629	16.618	357.247	28.063	1.179	144.439	350.535	371.980	31.128	1.346.854		
Custos e perdas extraordinárias	2.021	393	6.861	6.479	28.030	5.491	46.862	1.009	47.871	1.658	79.464	14.774	6.167		12.535	164.883		
Impostos s/ rendim. exercício	804	19	23.218	4.313	236	16.161	43.929	198	44.127	106	10.499	48.738	545	53.090	422	158.350		
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	1.179	1.179	(1.623)	0	14.498	0	21.947	(60)	35.941		
TOTAL	372.082	37.122	581.636	178.997	551.493	601.421	1.913.548	154.589	2.068.137	78.100	4.112.435	1.604.834	1.427.398	3.662.132	437.005	13.799.243		
Proveitos e Ganhos																		
Vendas e Prest. Serviços	198.180	8.279	560.458	154.419	73.746	577.577	1.366.201	62.648	1.428.848	39.241	3.537.420	1.459.473	545.234	3.022.875	253.604	10.493.154		
Variação da Produção	0	368	0	0	0	0	0	73.433	73.433	0	(19)	284	(34)	(4.884)	(1.129)	68.020		
Trab. p/ a própria empresa	0	0	6.186	846	47.373	0	54.405	2.095	56.500	1.173	0	49.836	19.294	5.091	81.907	213.801		
Subsídios à exploração / Indemniz. Compensatórias	118.119	25.281	246	38	33.613	4.334	38.231	51	38.282	4.510	39.104	521	142.642	19.652	0	388.112		
Reversões de Amortiz. e Ajust.	292	0	8.618	3.486	14.298	0	26.403	293	26.695	1.117	0	4.250	7.609	0	1.943	41.907		
Outros Prov. e Ganhos Operac. e Prov. Suplement.	740	123	6.570	7.394	13.433	12.275	39.672	2.128	41.800	427	161.475	21.615	41.300	175.067	41.781	484.328		
Proveitos Operacionais	317.332	34.051	582.078	166.184	182.464	594.185	1.524.911	140.647	1.665.559	46.468	3.737.981	1.535.978	756.046	3.217.801	378.106	11.689.321		
Proveitos e ganhos financeiros	1.154	33	11.573	4.417	133.939	534	150.463	1.599	152.062	8.222	36.682	57.462	62.351	311.238	22.905	652.109		
Proveitos e ganhos extraordinários	7.530	942	20.957	26.603	4.501	62.399	114.460	6.997	121.457	5.580	117.490	132.522	27.159	0	14.006	426.687		
TOTAL	326.017	35.026	614.609	197.204	320.904	657.118	1.789.835	149.243	1.939.078	60.269	3.892.153	1.725.962	845.556	3.529.039	415.017	12.768.116		
Resultados operacionais																		
Antes de subsídios / IC's	(107.785)	(27.916)	72.500	4.772	(114.920)	42.200	4.552	5.012	9.564	(7.938)	(322.416)	153.072	(456.748)	(16.966)	(14.874)	(792.007)		
Após subsídios / IC's	10.334	(2.635)	72.746	4.811	(81.307)	46.534	42.783	5.063	47.846	(3.428)	(283.312)	153.593	(314.106)	2.686	(14.874)	(403.895)		
Resultados financeiros	(61.104)	7	(30.651)	(2.414)	(125.517)	(31.583)	(190.166)	(15.019)	(205.185)	(19.841)	35.503	(86.977)	(288.184)	(60.742)	(8.223)	(694.745)		
Resultados correntes	(50.770)	(2.627)	42.095	2.397	(206.824)	14.951	(147.383)	(9.956)	(157.339)	(23.269)	(247.809)	66.616	(602.290)	(58.056)	(23.097)	(1.098.640)		
Resultados extraordinários	5.509	549	14.096	20.124	(23.529)	56.908	67.598	5.988	73.586	3.922	38.026	117.748	20.992	0	1.471	261.804		
Resultados Líquidos																		
Antes de inter. minoritários	(46.065)	(2.096)	32.973	18.207	(230.589)	55.697	(123.713)	(4.167)	(127.880)	(19.454)	(220.281)	135.626	(581.842)	(111.146)	(22.049)	(995.186)		
Após inter. minoritários	(46.065)	(2.096)	32.973	18.207	(230.589)	55.697	(123.713)	(5.346)	(129.059)	(17.831)	(220.281)	121.128	(581.842)	(133.093)	(21.988)	(1.031.127)		

8.5. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2007

Milhares de euros

	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Requalificação Urbana e Ambiental	Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	
			Transportes				SOMA	Outras Infraestruturas	SOMA							
			Infraest. Aéreas	Infraest. Portuárias	Infraest. Ferroviárias	Infraest. Rodoviárias										
Custos e Perdas																
Cust. merc. vend. e mat.cons.	108.626	30	2.278	1.794	14.283		18.354	2.792	21.146	10.081	986.257	34.368	50.120	323.266	47.215	1.581.109
Fornecim. e serviços externos	59.386	8.275	130.867	33.993	115.406	80.398	360.664	51.107	411.770	24.807	503.113	459.693	331.295	1.295.519	84.683	3.178.542
Custos c/ pessoal	120.679	10.383	224.726	57.799	110.015	54.749	447.289	20.313	467.602	15.949	1.834.268	570.863	368.336	585.752	52.389	4.026.221
Amortiz. imob. corp. e incorp.	16.028	572	106.089	49.132	10.180	3.513	168.915	19.024	187.939	1.464	119.169	239.396	209.889	217.542	34.912	1.026.911
Provisões	2.011	64	200	928	3.648	1.500	6.276	812	7.088	8.256	19.490	6.946	2.510	(1.177)		46.970
Impostos	16.920	31	352	2.013	3.164	23	5.552	896	6.447	2.119	222	11.372	3.956		1.061	42.129
Outros custos operacionais	905	279	17.140	10.682	3.881	62	31.765	990	32.755	2.844	4.004	6.556	58.818	94.790	4.443	205.394
Custos Operacionais	324.556	19.635	481.652	156.341	260.577	140.245	1.038.814	95.933	1.134.748	65.520	3.466.523	1.329.193	1.024.923	2.515.692	226.485	10.107.275
Custos e perdas financeiros	51.135	27	39.328	7.245	260.590	45	307.209	14.300	321.509	23.355	765	106.894	305.578	203.458	21.794	1.034.513
Custos e perdas extraordinárias	2.531	142	4.520	3.173	8.742	4.155	20.589	344	20.933	115	89.374	60.128	10.848		4.712	188.785
Impostos s/ rendim. exercício	586	9	22.815	2.528	98	315	25.755	205	25.960	104	9.128	23.420	533	39.034	1.612	100.385
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	(1.577)	(1.577)	(1.578)	0	11.973	0	11.915	(36)	20.697
TOTAL	378.808	19.813	548.315	169.287	530.006	144.760	1.392.368	109.205	1.501.573	87.517	3.565.789	1.531.608	1.341.882	2.770.099	254.566	11.451.656
Proveitos e Ganhos																
Vendas e Prest. Serviços	204.981	6.895	539.320	150.587	71.401	2.122	763.429	58.641	822.069	49.301	3.138.470	1.341.848	520.122	2.495.191	172.002	8.750.880
Variação da Produção	0	0	0	0	0		0	35.917	35.917	26	618	853	(59)	9.295	1.166	47.815
Trab. p/ a própria empresa	0	0	7.958	1.416	44.877	12.185	66.435	2.020	68.455	4.728	128	44.164	17.950	6.655	9.608	151.688
Subsídios à exploração / Indemniz.Compensatórias	126.570	967	224	76	31.032	109.225	140.556	0	140.556	600	72.681	889	136.422	29.526	680	508.891
Reversões de Amortiz. e Ajust.	1.022	0	81	998	7		1.086	1.422	2.508	29.700	0	2.519	1.698		1.568	39.015
Outros Prov. e Ganhos Operac. e Prov. Suplement.	706	163	6.901	11.083	12.820	11.899	42.704	1.192	43.896	16.585	104.293	57.068	28.676	495.522	31.463	778.373
Proveitos Operacionais	333.279	8.025	554.484	164.160	160.136	135.431	1.014.210	99.192	1.113.402	100.940	3.316.189	1.447.340	704.809	3.036.189	216.488	10.276.663
Proveitos e ganhos financeiros	1.113	50	13.718	3.713	134.413	468	152.312	1.803	154.115	11.504	30.447	33.710	41.541	109.752	17.097	399.329
Proveitos e ganhos extraordinár.	9.054	338	22.591	15.990	12.468	7.745	58.794	6.019	64.813	492	128.533	131.190	38.198	0	14.514	387.133
TOTAL	343.447	8.414	590.793	183.863	307.016	143.644	1.225.316	107.013	1.332.330	112.936	3.475.170	1.612.240	784.548	3.145.941	248.099	11.063.125
Resultados operacionais																
Antes de subsídios / IC's	(117.847)	(12.576)	72.608	7.743	(131.473)	(114.039)	(165.160)	3.259	(161.901,93)	34.819	(223.014)	117.258	(456.536)	490.971	(10.677)	(339.504)
Após subsídios / IC's	8.723	(11.610)	72.832	7.819	(100.441)	(4.814)	(24.604)	3.259	(21.345)	35.419	(150.334)	118.147	(320.113)	520.497	(9.997)	169.387
Resultados financeiros	(50.021)	23	(25.611)	(3.532)	(126.177)	423	(154.897)	(12.498)	(167.395)	(11.850)	29.682	(73.184)	(264.037)	(93.706)	(4.696)	(635.185)
Resultados correntes	(41.298)	(11.587)	47.222	4.287	(226.618)	(4.391)	(179.501)	(9.239)	(188.740)	23.569	(120.652)	44.963	(584.151)	426.791	(14.693)	(465.797)
Resultados extraordinários	6.523	196	18.071	12.817	3.726	3.590	38.204	5.675	43.879	377	39.159	71.062	27.350	0	9.802	198.349
Resultados Líquidos																
Antes de inter. minoritários	(35.360)	(11.399)	42.478	14.577	(222.990)	(1.116)	(167.052)	(3.769)	(170.820)	23.841	(90.620)	92.605	(557.334)	387.757	(6.503)	(367.833)
Após inter. minoritários	(35.360)	(11.399)	42.478	14.577	(222.990)	(1.116)	(167.052)	(2.192)	(169.244)	25.419	(90.620)	80.632	(557.334)	375.842	(6.467)	(388.531)

8.6. Balanço das EPNF por sectores – 2008

Milhares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Outras Infraestruturas	TOTAL	Requalificação Urbana e Ambiental	Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	Total
			Transportes															
			Infraest. Aéreas	Infraest. Portuárias	Infraest. Ferroviárias	Infraest. Rodoviárias	SOMA											
Imobilizado	269.713	3.064	1.276.251	1.413.877	7.418.613	14.939.456	25.048.196	1.701.610	26.749.806	440.591	1.368.167	4.562.097	6.647.958	8.333.698	1.014.268	49.389.362		
Imobilizações incorpóreas	133.359	132	46.962	10.577	96.350	14.908.303	15.062.192	202.468	15.264.660	15.819	7.279	86.886	175.357	327.606	4.748	16.015.846		
Imobilizações corpóreas	128.559	2.933	1.176.930	1.347.534	7.275.288	31.153	9.830.904	1.498.312	11.329.217	423.636	1.358.689	4.350.522	6.441.506	4.302.789	897.073	29.234.924		
Investimentos financeiros	7.795	0	52.359	55.766	46.976	0	155.100	829	155.929	1.135	2.200	124.689	31.095	3.703.303	112.446	4.138.592		
Circulante	141.109	7.138	217.492	94.541	137.656	191.081	640.769	279.208	919.977	212.061	1.969.333	1.793.568	272.877	3.828.872	732.381	9.877.316		
Existências	115.776	557	1.054	787	32.590	0	34.431	154.291	188.722	15.136	137.331	18.724	32.543	728.716	365.191	1.602.695		
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	249	0	0	12	0	0	12	0	12	39.857	10.711	108.930	0	1.085.925	10.811	1.256.494		
Dívidas de terceiros - Curto prazo	22.663	1.168	94.833	35.274	100.081	190.915	421.104	104.342	525.446	102.422	945.603	795.481	229.044	1.458.170	91.369	4.171.364		
Tit.negoc. dep.banc.e caixa	2.421	5.413	121.604	58.468	4.985	166	185.223	20.575	205.798	54.647	875.688	870.433	11.291	556.061	265.011	2.846.762		
Acréscimos e diferimentos	32.733	679	100.064	22.206	50.380	97.987	270.637	2.063	272.700	70.514	793.700	541.192	389.463	83.352	121.541	2.305.874		
Acréscimos de proveitos	20.670	27	18.647	3.199	42.185	92.556	156.587	773	157.360	6.892	789.543	252.805	8.745	108.905	1.344.946			
Custos diferidos	11.699	652	81.417	6.010	8.195	1.725	97.347	1.271	98.618	63.555	4.157	168.822	380.719	30.225	6.996	765.444		
Outros / Activos por impostos diferidos	364	0	0	12.997	0	3.705	16.703	19	16.722	67	0	119.565	0	53.127	5.640	195.484		
Total do activo líquido	443.555	10.881	1.593.806	1.530.624	7.606.649	15.228.524	25.959.603	1.982.881	27.942.484	723.165	4.131.200	6.896.856	7.310.298	12.245.922	1.868.190	61.572.551		
Ajustamentos complementares para o justo valor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.315	0	0	0	0	2.315		
Total do activo líquido ao justo valor	443.555	10.881	1.593.806	1.530.624	7.606.649	15.228.524	25.959.603	1.982.881	27.942.484	723.165	4.128.885	6.896.856	7.310.298	12.245.922	1.868.190	61.570.236		
Capital próprio																		
Capital, acções, prestações suplementares e prémios	957.978	7.500	333.750	235.035	307.700	200.000	1.076.485	350.545	1.427.030	136.458	1.505.333	521.825	3.382.964	2.000.000	574.322	10.513.409		
Diferenças de consolidação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.053	0	0	0	7.053		
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(29)	0	6.806	0	0	0	6.806	(145)	6.661	11	0	33.916	4.351	(660.208)	(3.445)	(618.744)		
Reservas	12.696	7.902	144.676	447.782	3.580.878	51.140	4.224.476	19.980	4.244.456	2.333	963.077	79.004	1.235.051	843.035	34.157	7.421.710		
Resultados transitados	(1.612.987)	(12.128)	(87.369)	14.618	(1.545.852)	(34.842)	(1.653.445)	(70.808)	(1.724.253)	(17.980)	(915.098)	(17.921)	(7.266.710)	1.158.050	(117.491)	(10.526.518)		
Resultado líquido do exercício	(46.065)	(1.992)	32.531	20.248	(230.602)	55.697	(122.126)	(2.139)	(124.265)	(17.350)	(228.595)	121.128	(551.928)	(133.093)	(21.979)	(1.004.139)		
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Total do capital próprio	(688.408)	1.281	430.395	717.682	2.112.124	271.995	3.532.196	297.433	3.829.629	103.472	1.324.717	745.005	(3.196.272)	3.207.784	465.564	5.792.772		
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	5.323	5.323	(16.214)	0	214.892	0	276.850	1.948	482.799		
Passivo																		
Provisões	70.330	1.081	64.228	107.384	21.508	707.170	900.289	34.037	934.327	4.733	122.299	50.410	421.383	273.389	13.508	1.891.460		
Pensões	62.876	0	54.704	56.096	0	11.213	122.013	6.047	128.061	4.640	20.462	0	347.447	118.075	10.904	692.464		
Outras	7.454	1.081	9.524	51.287	21.508	695.957	778.276	27.990	806.266	93	101.837	50.410	73.936	155.314	2.604	1.198.996		
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	783.610	0	585.185	73.041	3.687.671	0	4.345.897	633.684	4.979.581	178.140	173.702	1.731.898	8.185.619	5.825.775	428.258	22.286.583		
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.619.246	0	3.619.246		
Empréstimos - MLP	783.530	0	583.946	73.041	3.687.671	0	4.344.658	633.344	4.978.002	133.058	385	1.578.499	7.742.455	1.316.512	408.669	16.941.109		
Outras	80	0	1.239	0	0	0	1.239	340	1.579	45.081	173.317	153.400	443.163	890.017	19.589	1.726.228		
Dívidas a terceiros - Curto prazo	153.031	2.435	136.076	108.359	1.594.363	1.023.438	2.862.236	220.071	3.082.307	284.986	1.918.159	1.547.404	1.238.902	1.954.006	368.504	10.549.735		
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Empréstimos - CP	103.634	0	30.336	77.290	1.426.559	909.683	2.443.867	132.557	2.576.424	228.843	699.884	689.725	992.970	975.747	103.203	6.370.429		
Outras	49.397	2.435	105.741	31.069	167.804	113.755	418.369	87.514	505.883	56.143	1.218.275	857.679	245.933	978.259	265.302	4.179.306		
Acréscimos e diferimentos	124.992	6.083	377.922	524.157	190.984	13.225.921	14.318.985	792.332	15.111.316	168.049	590.009	2.607.247	660.667	708.118	590.407	20.566.887		
Acréscimos de custos	122.928	3.473	118.545	9.430	95.927	571.773	795.676	11.462	807.138	22.519	368.841	696.078	116.355	545.391	42.664	2.725.388		
Proveitos diferidos	1.825	2.610	259.050	514.125	95.057	12.654.148	13.522.379	780.852	14.303.231	145.529	221.168	1.855.478	533.759	547.171	17.610.771			
Passivos por impostos diferidos	240	0	327	602	0	0	930	17	947	0	0	55.690	10.553	162.727	572	230.729		
Total do passivo	1.131.963	9.600	1.163.411	812.941	5.494.525	14.956.529	22.427.407	1.680.125	24.107.531	635.907	2.804.168	5.936.959	10.506.570	8.761.288	1.400.677	55.294.665		
Total do c. próprio, int. minoritários e passivo	443.555	10.881	1.593.806	1.530.624	7.606.649	15.228.524	25.959.602	1.982.881	27.942.483	723.166	4.128.885	6.896.856	7.310.298	12.245.922	1.868.190	61.570.236		

8.7. Balanço das EPNF por sectores – 2007

Mihares de euros

RUBRICAS	Comunicação Social	Cultura	Gestão de Infraestruturas							Requalificação Urbana e Ambiental	Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	PARPÚBLICA	Outros Sectores	Total
			Transportes					Outras Infraestruturas	TOTAL							
			Infraest. Aéreas	Infraest. Portuárias	Infraest. Ferroviárias	Infraest. Rodoviárias	SOMA									
Activo Líquido																
Imobilizado	272.355	3.341	1.198.970	1.446.939	7.019.242	11.560.044	21.225.195	1.620.800	22.845.996	351.680	1.154.634	4.216.299	6.562.238	7.568.935	812.734	43.788.213
Imobilizações incorpóreas	131.900	243	37.683	9.775	82.276		129.733	203.256	332.989	106.421	2.273	116.843	192.253	17.472	5.829	906.224
Imobilizações corpóreas	137.155	3.098	1.113.382	1.387.360	6.865.184	11.560.044	20.925.971	1.416.678	22.342.649	193.306	1.152.245	3.978.829	6.311.958	3.048.000	687.941	37.855.181
Investimentos financeiros	3.300	0	47.905	49.804	71.782	0	169.491	866	170.357	51.953	115	120.627	58.028	4.503.463	118.964	5.026.807
Circulante	92.582	4.606	343.514	85.380	160.694	57.087	646.675	210.567	857.242	213.437	1.852.675	1.783.476	219.117	2.649.721	722.628	8.395.483
Existências	74.960	176	1.175	976	31.813	0	33.964	80.809	114.772	14.911	120.355	20.400	15.043	547.296	304.024	1.211.936
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	889	0	0	410	0		410	95	505	39.724	5.236	47.037	440	995.188	15.494	1.104.512
Dívidas de terceiros - Curto prazo	14.187	2.605	98.446	31.420	126.915	55.772	312.552	106.735	419.288	113.811	865.385	889.958	185.631	1.107.237	97.982	3.696.083
Tit.negoc., dep.banc. e caixa	2.547	1.825	243.893	52.575	1.966	1.315	299.750	22.928	322.677	44.990	861.699	826.081	18.002	0	305.129	2.382.952
Acréscimos e diferimentos	31.899	1.528	98.672	24.285	53.425	119	176.501	2.457	178.957	81.951	349.711	487.571	413.575	76.939	72.357	1.694.488
Acréscimos de proveitos	16.853	48	6.473	4.352	44.821		55.646	1.064	56.710	10.382	345.385	198.871	19.774	15.037	64.987	728.046
Custos diferidos	14.369	1.480	76.311	6.323	8.604	119	91.356	1.368	92.724	71.515	4.326	165.943	393.801	18.350	3.633	766.141
Activos por impostos diferidos	678	0	15.888	13.610	0		29.498	24	29.523	54	0	122.757	0	43.552	3.737	200.301
Total do activo líquido	396.836	9.475	1.641.156	1.556.604	7.233.361	11.617.251	22.048.371	1.833.824	23.882.195	647.067	3.357.020	6.487.345	7.194.929	10.295.595	1.607.720	53.878.185
Ajustamentos complementares para o justo valor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do activo líquido ao justo valor	396.836	9.475	1.641.156	1.556.604	7.233.361	11.617.251	22.048.371	1.833.824	23.882.195	647.067	3.357.020	6.487.345	7.194.929	10.295.595	1.607.720	53.878.185
Capital próprio																
Capital, acções, prestações suplementares e prémios	885.003	4.000	328.250	232.000	307.700	200.000	1.067.950	350.545	1.418.495	165.896	1.441.352	523.056	3.373.063	2.000.000	467.451	10.278.317
Diferenças de consolidação	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	7.053	0			7.053
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(29)	0	6.804	0	0		6.804	(102)	6.702	0	0	(8.889)	4.485	(541.591)	(21.638)	(560.961)
Reservas	12.735	9.926	115.325	443.627	3.492.194	10.403.502	14.454.648	20.800	14.475.448	1.012	739.017	88.821	1.233.140	803.404	32.471	17.395.973
Resultados transitados	(1.577.666)	(2.753)	(70.787)	11.049	(1.322.863)	(9.892)	(1.392.493)	(60.533)	(1.453.026)	(200.633)	(694.354)	4.440	(6.536.345)	851.723	(107.086)	(9.715.700)
Resultado líquido do exercício	(35.360)	(11.399)	42.478	14.577	(222.990)	(1.116)	(167.051)	(2.192)	(169.244)	26.840	(90.620)	80.632	(557.334)	375.842	(6.466)	(387.109)
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do capital próprio	(715.317)	(226)	422.069	701.252	2.254.041	10.592.494	13.969.857	308.518	14.278.375	(6.885)	1.395.395	695.114	(2.482.990)	3.489.378	364.732	17.017.575
Interesses minoritários	0	0	0	0	0		0	6.890	6.890	(14.591)	0	196.753	0	106.601	2.178	297.831
Passivo																0
Provisões	75.819	1.051	50.983	113.083	20.901	206.537	391.504	29.494	420.998	1.785	120.499	64.720	267.261	55.266	17.251	1.024.650
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	828.519	0	612.011	112.098	3.821.972	0	4.546.081	584.391	5.130.473	209.102	26.612	1.295.259	7.557.329	4.910.275	351.322	20.308.892
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0		0	356.180	356.180	98.568	0	0	1.395.851	3.319.216	0	5.169.815
Empréstimos - MLP	828.322	0	612.011	112.063	3.821.972		4.546.046	227.711	4.773.757	110.403	406	1.179.804	5.536.443	1.084.726	328.854	13.842.715
Outras	197	0	0	36	0	0	36	500	536	131	26.206	115.456	625.035	506.333	22.468	1.296.361
Dívidas a terceiros - Curto prazo	122.373	3.606	155.835	110.555	953.511	584.867	1.804.767	159.883	1.964.650	300.388	1.317.493	1.727.797	1.190.659	1.122.029	296.829	8.045.824
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0		0	0	0	49.204	0	0	7.731	0	0	56.936
Empréstimos - CP	58.486	0	63.950	65.532	779.507	459.789	1.368.778	90.989	1.459.766	160.129	430	703.952	936.440	252.385	46.193	3.617.783
Outras	63.886	3.606	91.885	45.023	174.004	125.078	435.990	68.894	504.883	91.054	1.317.063	1.023.845	246.487	869.644	250.636	4.371.105
Acréscimos e diferimentos	85.443	5.045	400.258	519.616	182.936	233.353	1.336.162	744.648	2.080.810	157.269	497.021	2.507.701	662.669	612.046	575.409	7.183.413
Acréscimos de custos	83.920	3.306	132.057	9.808	99.317	187.344	428.526	11.337	439.862	23.051	306.977	667.915	145.749	170.959	25.889	1.867.629
Proveitos diferidos	1.279	1.739	267.829	509.157	83.619	46.009	906.614	733.286	1.639.900	134.218	190.045	1.789.688	506.180	348.587	548.856	5.160.491
Passivos por impostos diferidos	244	0	371	651	0		1.023	25	1.048	0	0	50.098	10.740	92.500	664	155.293
Total do passivo	1.112.153	9.702	1.219.087	855.352	4.979.320	1.024.757	8.078.515	1.518.416	9.596.931	668.543	1.961.625	5.595.478	9.677.919	6.699.616	1.240.811	36.562.779
Total do c. próprio, int. minoritários e passivo	396.836	9.475	1.641.156	1.556.604	7.233.361	11.617.251	22.048.371	1.833.824	23.882.195	647.068	3.357.020	6.487.345	7.194.929	10.295.595	1.607.720	53.878.185

8.8. Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2007-2008

Milhares de euros

Rubricas	CGD consolidado	
	2007	2008
Margem financeira alargada	2.031.981	2.201.410
Juros e rendimentos similares (+)	5.910.121	7.325.539
Juros e encargos similares (-)	-3.971.036	-5.244.381
Rendimentos de instrumentos de capital (+)	92.896	120.252
Rendimento de serviços e comissões (+)	490.965	532.690
Encargos com serviços e comissões (-)	-96.047	-113.909
Resultado em operações financeiras (+)	84.336	246.559
Outros resultados de exploração, do qual: (+)	88.832	179.464
<i>Resultado de operações descontinuadas</i>	<i>-7.062</i>	<i>0</i>
Produto da actividade financeira	2.600.067	3.046.213
Margem técnica da actividade de seguros	549.246	514.957
Prémios, líquidos de resseguro (+)	2.242.767	2.213.705
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros (+)	310.827	227.092
Custos com sinistros, líquidos de resseguro (-)	-1.868.448	-1.805.582
Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros (+)	-135.900	-120.259
Produto da actividade bancária e seguradora	3.149.313	3.561.170
Custos com Pessoal (-)	-942.217	-1.003.810
Outros gastos administrativos (-)	-650.733	-675.890
Depreciações e amortizações (-)	-142.746	-158.973
Provisões líquidas de anulações (-)	-72.805	130.627
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações (+)	-249.439	-447.555
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações (+)	-19.399	-774.093
Resultados em empresas associadas (+)	3.150	30.384
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	1.075.124	661.860
Impostos sobre lucros:		
Correntes	-315.163	-322.880
Diferidos	137.649	166.187
	-177.514	-156.693
Resultado líquido consolidado do exercício	897.610	505.167
Interesses minoritários (-)	-41.299	-46.143
Resultado líquido atribuível ao accionista da CGD	856.311	459.023
Número médio de acções ordinárias emitidas	590.000.000	653.534.247
Resultado por acção (euros)	1,45	0,70

8.9. Balanço das EPF – Grupo CGD - 2007-2008

Milhares de euros

Rubricas	CGD consolidado	
	2007	2008
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.925.505	1.897.821
Disponibilidades em outras instituições de crédito	952.660	614.793
Aplicações em instituições de crédito	4.789.664	5.554.828
Activos financ. ao justo valor através de resultados	6.841.903	4.807.139
Activos financeiros disponíveis para venda	15.371.099	15.911.400
Investimentos associados a produtos "unit-linked"	777.115	620.486
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	125.590	184.050
Investimentos a deter até à maturidade	12	12
Créditos a clientes	66.844.300	75.311.211
Activos não correntes detidos para venda	454.972	173.090
Propriedades de Investimento	410.341	321.362
Outros activos tangíveis	977.136	1.041.949
Activos intangíveis	411.178	395.815
Investimentos em associadas	316.718	86.807
Activos por impostos correntes	29.714	41.058
Activos por impostos diferidos	683.058	1.066.937
Provisões técnicas de resseguro cedido	234.296	240.188
Outros activos	2.408.503	2.791.134
Activo líquido	103.553.764	111.060.082
Passivo	98.012.668	105.575.944
Recursos de inst.crédito e de bancos centrais	8.841.237	6.951.849
Recursos de clientes e outros empréstimos	54.038.767	60.127.756
Responsabilidades associadas a produtos "unit-linked"	777.115	620.486
Responsabilidades representadas por títulos	16.230.868	19.929.097
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.193.756	2.213.954
Derivados de coberturas com reavaliação negativa	814.412	421.854
Passivos não correntes detidos para venda	283.781	0
Provisões para benefícios a empregados	531.625	505.886
Provisões para outros riscos	404.937	236.173
Provisões técnicas de contratos de seguro	7.673.902	7.192.350
Passivos por impostos correntes	182.107	148.577
Passivos por impostos diferidos	153.065	64.435
Outros passivos subordinados	2.667.375	3.144.759
Outros passivos	4.219.721	4.018.766
Capital Próprio	5.541.096	5.484.138
Capital	3.100.000	3.500.000
Reservas de justo valor	381.177	-873.304
Outras reservas e resultados transitados	503.824	1.241.869
Result.exercício atribuído ao accionista da CGD	856.311	459.023
Interesses minoritários	699.784	1.156.550
Passivo + Capital Próprio	103.553.764	111.060.082

8.10. Conclusões do Relatório de Avaliação Global do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Estado

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2007, aprovou os Princípios de Bom Governo (PBG) destinados quer ao Estado (enquanto accionista e “stakeholder”), quer às empresas por este detidas ou participadas e, em especial os que respeitam à divulgação de informação. A aprovação dos PBG teve em vista assegurar a melhoria do governo societário, a adopção generalizada de boas práticas de governo pelas empresas e a garantia de transparência e rigor na actuação do Estado e das empresas.

Ao nível do Estado

Consagrando a referida RCM, entre outros, novos princípios no que respeita à prestação de informação pelas empresas públicas, a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) criou para esse fim específico o sítio das empresas do Estado, ao qual se pode aceder livremente através do endereço www.dgtf.pt.

Determina a referida RCM que o Estado deve estabelecer as orientações estratégicas e os objectivos que devem ser prosseguidos pelas empresas de que directamente detenha o domínio total, assim como participar de modo informado e activo nas Assembleias Gerais das empresas em que detenha participação, contribuindo para a fixação das orientações estratégicas e dos objectivos dessas empresas.

No âmbito do exercício da função accionista do Estado, a DGTF tem vindo a assegurar a representação do Estado nas Assembleias Gerais de todas as empresas em que este detém uma participação no capital social superior a 5%, bem como em algumas das restantes sociedades consideradas como mais relevantes actuando, nesse domínio, de acordo com as orientações aprovadas pelas tutelas sectorial e financeira. Sempre que detecta situações de incumprimento, total ou parcial de alguma(s) vertente(s) dos PBG, a DGTF enquanto accionista formula orientações no sentido da regularização das mesmas.

Relativamente às orientações e objectivos de gestão para as empresas, têm vindo a ser desenvolvidos todos os esforços tendentes à sua definição pelas tutelas sectoriais e financeira, embora a definição de objectivos plurianuais deva ter em atenção os limites temporais dos mandatos das administrações.

Não obstante da existência de orientações estratégicas definidas para todas as empresas do SEE, foram também já aprovados objectivos de gestão para um universo de **70 empresas**, conforme ilustra o **Quadro A**.

Quadro A

Sectores	Empresas	
	Orientações Estratégicas	Objectivos de Gestão e/ou Contratos Gestão
Comunicação Social	Para todas as Empresas do SEE	
Cultura		
Infra-estruturas Aéreas		ANA, ANAM, EDAB, NAER, NAV
Infra-estruturas Ferroviárias		RAVE, REFER
Infra-estruturas Portuárias		APA, APDL, APL, APS, APSS
Infra-estruturas Rodoviárias		EP
Outras Infra-estruturas		DOCAPESCA, EDIA
Requalificação Ambiental		PARQUE EXPO
Saúde		CHAA, CHBA, CHC, CHCB, CHLC, CHLN, CHLO, CHMA, CHMT, CHN, CHP, CHPVVC, CHS, CHTS, CHTMAD, CHVNG/E, HUC, HF, HSJ, HDFF, HDS, HESE, HGO, HIDP, HNSR, HPDFF, HSMM, HSA, HST, IPO-C, IPO-L, IPO-P, ULSG, ULSM, ULSAM, ULSBA, ULSNA
Serviços Utilidade Pública		AdP, CTT
Transportes		CARRIS, CP, ML, MM, MP, STCP, TRANSTEJO
Parública		PARPÚBLICA
Outros Sectores		ANCP, EDM, ENATUR, EGREP, GERAP, SIMAB
Empresas Públicas		CGD
Financeiras		

Em conformidade com as recentes alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais, foram aprovados novos modelos de governo societário em **27 empresas**, com as consequentes alterações estatutárias.

Ao nível das Empresas

No que respeita às empresas públicas, os PBG recomendam, designadamente a divulgação de informação, o respeito dos princípios de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades das partes interessadas. Os PBG definem, ainda, a necessidade de planos de igualdade de tratamento e oportunidades, de forma a eliminar as discriminações e de promover práticas ambientais correctas, consentâneas com a sustentabilidade do crescimento e do desenvolvimento económico.

A validação relatada no presente documento respeita a 84 empresas detidas ou participadas maioritariamente pelo Estado (35 SA's e 49 EPE), incidindo:

- Sobre as normas referentes à divulgação de informação, que foi efectuada com base, fundamentalmente, nos elementos constantes dos documentos de prestação de contas das empresas relativos a 2008, nos planos de actividades e orçamentos referentes a 2009, na informação enviada pelas empresas para o site do SEE e no site das próprias empresas.
- Sobre o grau de cumprimento e outras medidas de governação, designadamente Prosseguimento da missão, objectivos e princípios gerais e de actuação, detenção de sistemas de controlo adequados e prevenção de conflitos de interesses. Como fontes de validação, considerou-se para além das anteriormente indicadas, a informação constante do SIRIEF.

Ao nível da divulgação de informação:

Tratando-se de um processo complexo tem obrigado o accionista a sistematizar e padronizar os elementos necessários à implementação dos PBG de forma faseada, pelo que os critérios de validação do grau de cumprimento dos PBG foram em 2008 mais exigentes.

- 21 Empresas, identificadas no **Quadro B**, asseguraram o cumprimento dos princípios definidos no Relatório e Contas e no site do SEE. Tendo em consideração que estes foram os princípios objecto de validação em 2007 regista-se uma melhoria de 40%.
- Relativamente às empresas que cumpriram em 2007 e que não cumpriram em 2008, a falha de cumprimento deve-se à falta de actualização da informação, situando-se, no entanto o grau de cumprimento dessas empresas na ordem dos 90%, com excepção do Centro Hospitalar do Porto que ficou pelos 35%.

Quadro B

Empresas que cumpriram as normas de divulgação de informação no R&C e Site do SEE	
2007	2008
ANA - Aeroportos de Portugal, SA	Lusa - Agência de Noticias de Portugal, S.A. ANA - Aeroportos de Portugal, SA EDAB - Emp. de Desenv. do aeroporto de Beja, S.A. NAER - Novo Aeroporto, S.A. RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A. REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. APL - Administração do Porto de Lisboa, SA APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. Docapesca - Portos e Lotas, S.A.
EDIA-Empresa Desenv.Infraest Alqueva, SA Parque Expo 98, S.A. Centro Hospitalar do Porto, EPE	Parque Expo 98, S.A. Hospital Espírito Santo de Évora, E.P.E.
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA CTT-Correios de Portugal, SA CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP Metro-Metropolitano de Lisboa, EP	CTT-Correios de Portugal, SA CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. Parpública - Participações Públicas, S.A. Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. AICEP - Agência p/ invest. Comércio Externo de Portugal, E.P.E.
EGREP - Ent. Gest. Reservas Estr. Petrolíferas, SA EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA INOV Capital, SA	EGREP - Ent. Gest. Reservas Estr. Petrolíferas, SA EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA CGD - Caixa Geral de Depósitos, S.A.
PME Investimento, SA	

O **Quadro C** apresenta a distribuição do número de empresas pelos vários níveis de cumprimento dos PBG.

Quadro C

Grau de cumprimento dos PBG's	Elevado PBG ≥ 75%	Médio 75% > PBG ≥ 50%	Baixo PBG < 50%
Divulgação da Informação			
Relatório e Contas de 2008	63	11	10
Site da DGTF	63	11	10
Site das empresas	10	14	60
Cumprimento das medidas de Governação			
	81	-	3
Grau de Cumprimento Global	42	34	8

Foram 42 as empresas que atingiram um grau de cumprimento igual ou superior a 75%, representando 50% num universo de 84 empresas.

Em seguida identificam-se no **Quadro D** o ranking das 42 empresas que obtiveram um grau de satisfação mais elevado relativamente aos itens de validação definidos para o cumprimento dos princípios de governação.

Quadro D

Empresas com elevado grau de cumprimento dos PBG's

AdP - Águas de Portugal, SA
 Agência Nacional de compras Públicas, EPE
 AICEP - Agência p/ Investimento Comércio Externo de Portugal, EPE
 ANA - Aeroportos de Portugal, SA
 ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA
 APA - Administração do Porto de Aveiro, SA
 APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.
 APSS - Administração dos Portos do Setúbal e Sesimbra, S.A.
 Caixa Geral de Depósitos, SA
 Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE
 Centro Hospitalar do Nordeste, EPE
 Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE
 Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA
 CP - Comboios de Portugal, EPE
 CTT - Correios de Portugal, S.A.
 Docapesca - Portos e Lotas, SA
 EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA
 EDIA - Empresa Desenvolvimento e Infraestrutura do Alqueva, SA
 EGREP - Ent. Gest. Reservas Estratégicas Prod. Petrolíferos, EPE
 Empordef - Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, SA
 Hospital de São Sebastião, EPE
 Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE
 Hospital Distrital de Santarém, EPE
 Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE
 Hospital Infante D. Pedro, EPE
 INOV Capital, SA
 IPO - Porto, EPE
 Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA
 ML - Metropolitano de Lisboa, EPE
 MM - Metro do Mondego, SA
 MP - Metro do Porto, SA
 NAER - Novo Aeroporto, SA
 Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, EPE
 OPART - Organismo de Produção Artística, EPE
 Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.
 Parque Expo 98, SA
 PME investimentos, SA
 RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA
 REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE
 STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA
 Teatro Nacional São João, EPE
 Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE

Considerações finais

O Estado, através do seu sector empresarial, encontra-se presente nos mais variados sectores, desde a saúde aos transportes, da água e saneamento ao sector financeiro. Por se encontrarem em causa recursos públicos, e por estas empresas terem por fim a satisfação de necessidades colectivas, e não apenas o lucro, torna-se particularmente importante que adoptem, e façam adoptar junto das suas participadas, critérios de boa gestão e de transparência particularmente exigentes.

Pese embora se reconheça que as empresas têm vindo ao longo de 3 anos consecutivos a desenvolver esforços significativos no sentido de se adaptarem às novas regras de boa governação, é fundamental que assegurem a continuidade do seu empenho no sentido de adoptarem e cumprirem com rigor todos os PBG que lhe são dirigidos, a fim de promover a optimização da sua governação e garantir a necessária transparência do seu desempenho.

A DGTF continuará a monitorizar e a encorajar os órgãos de administração das empresas no sentido da adopção integral dos PBG, avaliando o seu desempenho neste domínio, que tem consequências ao nível da fixação da componente variável da remuneração, e a emitir as orientações que considere necessárias para o efeito.